



Revista

da UNIVERSIDADE
DA FORÇA
AÉREA



Ano II - Número 2

20 Julho 1986

SAUDAÇÃO À BANDEIRA

Márcio Bastos Moreira - Cap Av

Eu sou a Bandeira do Brasil!

Cá estou eu em Forte Coimbra, fronteira da Pátria. Há poucos momentos cheguei ao topo do mastro e lá acontece todos os dias, e a tropa, lá embaixo, permanece formada aguardando o momento de se dirigir às suas atividades diárias.

Os homens, eu os conheço bem. Não só estes aqui, mas, também, os que, de todos os rincões do Brasil, me homenageiam.

São milhões de rostos, tipos diferentes, costumes diferentes, porém em uma coisa todos são semelhantes: no olhar, no modo como me fitam e extravasam suas emoções.

Tem sido assim desde os tempos antigos. Lembro-me de ter conhecido o olhar semeador de lágrimas e de suor que aqui me fitava quando, em 1888, fui recebido em uma barraca de Tupy, um índio que me recebeu em sua barraca, me fez observar a natureza e me mostrou a vida.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.

Quando o vento levava a minha bandeira, eu me lembrava da minha vida e da minha pátria.



REVISTA DA UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA

MINISTERIO DA AERONAUTICA
UNIPA - BIBLIOTECA CENTRAL
INTERCAMBIO
DE
CAMPUS - RIO DE JANEIRO

01

SAUDAÇÃO À BANDEIRA Cap Av Marcio Bastos Moreira	
EDITORIAL Redator	2
O PODER AEROESPACIAL UNO E INDIVISÍVEL Professor Yale Renan	3
MEDITAÇÕES PROFISSIONAIS. Maj Brig do Ar RR Lauro Ney Menezes	6
CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES Ten Cel Av Paulo Jorge B. Sarmento	7
FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS Ten Brig do Ar João Soares Nunes	12
PARTIDOS POLÍTICOS. Professor Lauro Sodré Neto	16
COMANDO GERAL DO AR Ten Brig do Ar Paulo Roberto Coutinho Camarinha	19
UM NOVO CONCEITO DE GRUPO DE AVIAÇÃO Cap Av Franklin Nogueira Hoyer	21
O ELO PERDIDO Maj Av Aprígio Eduardo de Moura Azevedo	23
O BREVE CATECISMO DOS ESTRATEGISTAS Ten Cel Av Luiz Fernando Barbedo	27
RESENHA BIBLIOGRÁFICA 	34
O CAPITÃO QUE RESGATOU MUSSOLINI Cel Av Renato Paiva Lamounier	35
O OUTRO LADO DA COLINA Cel Av Renato Paiva Lamounier	37
COMO PERDER A LIDERANÇA Coronel Hubert Althofen	39
COLABORADORES	40

EDITORIAL

Universidade da Força Aérea. Ano dois!

No momento em que vem a lume o segundo número da Revista UNIFA, criador e criatura se confundem neste começo de uma nova era para o ensino militar, a nível de pós-graduação.

O histórico Campo dos Afonsos ainda faz História. O "já lendário" sítio volta a ter destacado papel na educação da Aeronáutica Militar Brasileira, que aqui teve o seu berço, no início do século.

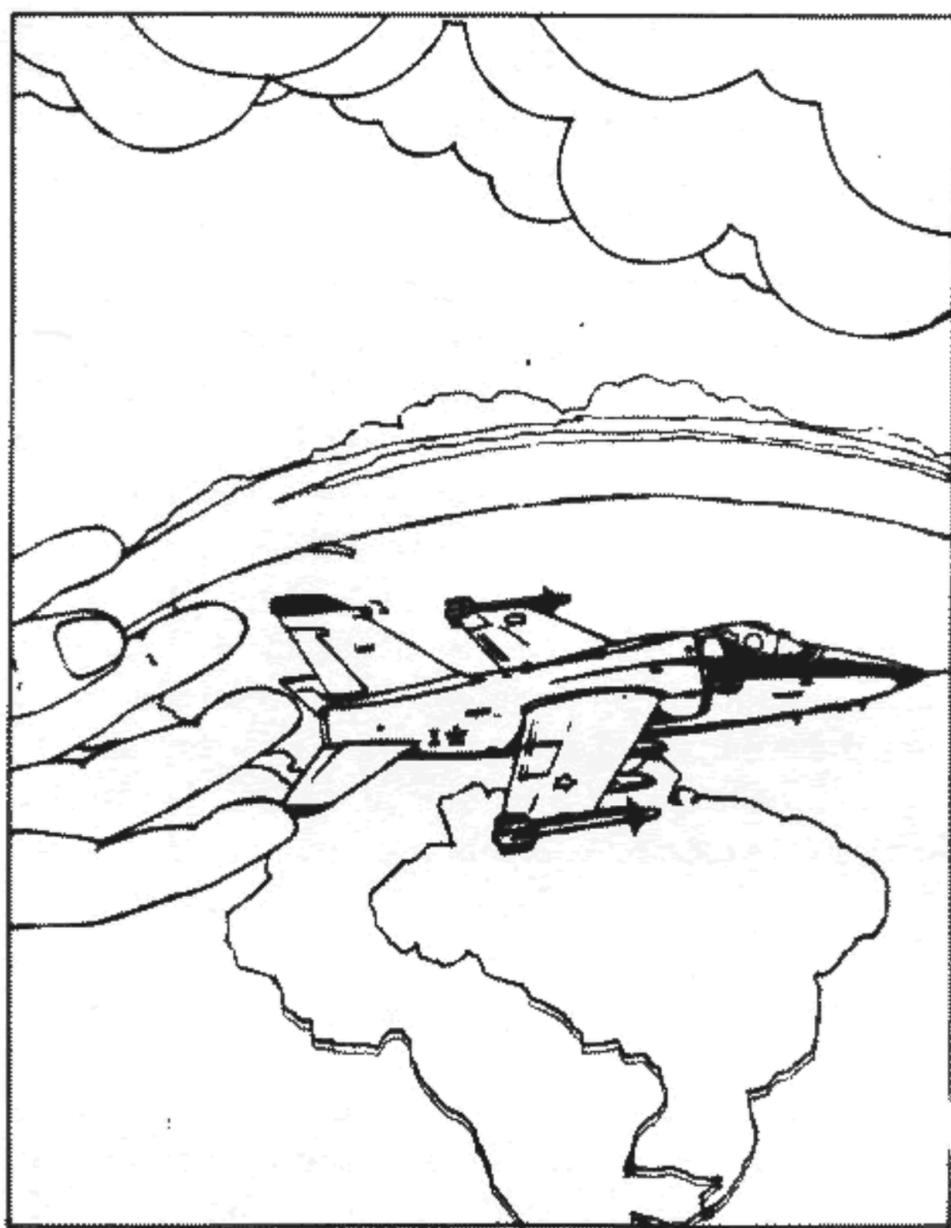
Vive-se, nesta hora marcante, uma atmosfera não só de euforia e esperança mas, sobretudo, de muito trabalho e firme confiança nos Oficiais egressos deste clima cada vez mais profissional, como o exige a técnica e, também, cada vez mais científico, como o exige a complexibilidade do mundo moderno.

É no limiar do 3.^o milênio que a UNIFA surge como peça fundamental para a incessante busca do conhecimento, primeiro passo para o pensamento lógico e para o domínio da razão. Estes elementos são de essencial importância em todos os campos da atividade humana e, por conseguinte, para o entendimento do fenómeno da guerra em toda a sua extensão e cuja globalidade transcende o seu mero e óbvio significado militar.

À Revista UNIFA está reservado o papel de, como arauto da boa nova, levar as mensagens que, livres do rigor académico e da ortodoxia burocrática, hão de suscitar o debate em torno das idéias nela lançadas. É como um foro intelectual, onde o direito a um assento é conquistado pela participação, onde o concurso de cada um é o estímulo para todos, onde a pesquisa e o raciocínio indutivo são os determinantes para a evolução indispensável à plena capacitação profissional.

Nestas rápidas palavras pretendeu-se não só a rerepresentação deste veículo de comunicação mas, também, dizer o que está a ele destinado e o que vale, não pela sua forma gráfica e, sim, pelo seu conteúdo. Lembrar que representa o elo de interação no cenário deste "campus", onde é posta em prática a filosofia do ensino integrado a nível universitário e dentro do "lato sensu" de Universidade como formadora dos homens que, como elite, terão a responsabilidade de pesquisar e conceber idéias, testar e propor doutrinas, formular políticas, traçar estratégias e tomar decisões.

Tudo isto, num panorama mais elevado e amplo, em benefício da Força Aérea, pela qualificação funcional e eficiência operacional dos seus homens. Em benefício do Ensino, posto que a Escola que não vive o futuro e não se antecipa ao amanhã não é capaz de se aperfeiçoar, não cria e não inova e, assim, está condenada à estagnação, num arremedo da escuridão medieval. Em benefício, enfim, do progresso, da segurança, da riqueza e do bem-estar do povo brasileiro.



O PODER AEROESPACIAL UNO E INDIVISÍVEL

INTRODUÇÃO

A fusão da Aviação Naval com a Aviação Militar deu origem à Força Aérea Brasileira, que, juntamente com a Aviação Civil, ficaram subordinadas ao Ministério da Aeronáutica. E é esta uma perfeita visão dos chefes militares e políticos de então, da necessidade de um Poder Aeroespacial uno e indivisível.

Os grandes pensadores políticos do passado já preconizavam o emprego do Poder de maneira integrada. Há 150 anos, Von Clausewitz, um dos maiores filósofos da guerra, defendia a integração do Poder como fundamental para a vitória.

De acordo com o Manual Básico - CPEA (1984), foi Giulio Douhet quem primeiro utilizou o termo "Poder Aéreo, como a capacidade de estender o fogo da Artilharia, além da faculdade de ver o que

era vedado às tropas terrestres". Este conceito, em curto espaço de tempo, foi sendo modificado por diversos pensadores, passando a significar a projeção do Poder Nacional no espaço atmosférico, sobrejacente ao seu território e águas, ou no de outros Estados. Em face do impacto da ciência e da tecnologia e da adoção dos princípios políticos e militares de Guerra Total, surge o conceito de Poder Aeroespacial como sendo a "expressão integrada dos meios aeroespaciais de toda ordem de que dispõe a Nação, acionados pela vontade da Comunidade Aeroespacial, para conquistar e manter, interna e externamente, os Objetivos Aeroespaciais". (Manual Básico - CPEA, 1984)

O que pretendemos neste artigo é mostrar o porquê de se considerar o Poder Aeroespacial como sendo a expressão integrada dos meios aeroespaciais de toda ordem, ou seja, uno e indivisível.

CIÊNCIA POLÍTICA: A CIÊNCIA DO PODER

Modernamente, a Ciência Política é considerada como o estudo dos fenômenos de Poder, que, por sua vez, se apresenta como uma síntese de vontades e da capacidade de produzir efeitos.

Esta ciência que fundamenta, com seus princípios, uma Doutrina de Ação Política e se propõe a orientar o preparo e o emprego do Poder, não prescindindo da visão de conjunto e das múltiplas relações que devem presidir à utilização integrada dos meios de toda a ordem - Capacidade, que, acionados pela vontade, têm em vista a consecução de objetivos previamente estabelecidos. Assim, esta mesma Ciência compreende a existência do Poder como resultante do binômio vontade X capacidade, denominando-o como a "gênese do Poder".

Sabemos que a Política é a arte de orientar este binômio com vistas à conquista de objetivos. Assim, a uma Política Setorial, por exemplo, como a do Ministério da Aeronáutica, cabe orientar os meios de que dispõe, de acordo com os interesses e aspirações da Comunidade Aeroespacial, para a consecução dos Objetivos colimados.

Assim sendo, cabe um questionamento: como duas ou mais Políticas Setoriais, que atendem interesses e aspirações de comunidades diferentes, podem utilizar os mesmos meios, para a consecução de objetivos distintos? Logicamente, este fato não deve ocorrer, pois Políticas Setoriais distintas orientam o binômio vontade X capacidade da Comunidade que

lhes está afeta, sendo descabido orientar parcela da vontade ou da capacidade de outras comunidades. Daí, podemos inferir que ao Ministro da Aeronáutica, e tão-somente a ele, cabe orientar o preparo e o emprego dos meios de toda a ordem da Comunidade Aeroespacial, em consonância com os interesses maiores da Nação.

Nesta situação, os seguintes aspectos devem ser considerados:

– O PRESSUPOSTO PÚBLICO X PRIVADO

O Poder Aeroespacial, ainda que preponderantemente deva ser empregado pelo Ministério da Aeronáutica, é também expresso por inúmeras atividades levadas a efeito por órgãos do setor privado. Para estes órgãos, não estatais, a Política do Ministério da Aeronáutica deve ser indicativa e concertante, com vistas a fomentar suas atividades. Assim sendo, a integração do Poder Aeroespacial permeia os setores público e privado.

– A “PRAXIS POLÍTICA”

Tem-se como regra que todos os detentores de cargos públicos, como o Ministério da Aeronáutica, sofrem, até certo ponto, a influência dos antecedentes sociais. Sua concepção dos interesses e aspirações comunitárias, suas interpretações de motivos e acontecimentos, suas definições de prioridades políticas, econômicas, sociais e militares e sua ética pública refletem, até certo ponto, as atitudes e os valores dos grupos de que provêm. Assim, quando assumimos um cargo público, não podemos nos furtar às idéias adquiridas em experiências anteriores ou desprezar os juízos de assessores e parceiros originários da mesma comunidade social. Isto significa dizer que, politicamente, o preparo e o emprego de meios devem ser levados a efeito de modo integrado, no âmbito de uma estrutura, onde os Homens se identificam, o mais possível, com os objetivos fixados. Quando isto não ocorrer, passa a existir um desgaste inútil dos meios empregados pela perda da integração, que, conseqüentemente, causam um abalo na capacidade do Poder.

A LEI DA INTEGRAÇÃO DO PODER

Quem primeiro mencionou esta lei foi Ludwik Gumplowicz, em seu livro “Précis de Sociologie”, obra pioneira da Sociologia Política, editada em 1892, que por longo tempo passou despercebida pe-

los teóricos do Poder. Considerando a eficiência e a eficácia do Poder, observou-se que a faculdade de ação externa (eficácia) aumenta, proporcionalmente, à medida em que se desenvolve o processo de unificação de seus elementos.

Como o Poder é o resultado do binômio vontade X capacidade, são estes os dois elementos que irão se integrar. E o resultado desta integração, que confere ao Poder um caráter integral, será mais que a simples soma daqueles elementos constitutivos. É como nos ensina o Manual Básico da ESG (1983): “a resultante de uma composição em que todos os elementos se intercondicionam, se interligam e se completam, gerando, no processo, novas forças que não estão nos indivíduos nem nos grupos secundários, mas despontam no todo. Este fenômeno, conhecido como sinergia ou processo sinérgico, consiste na geração de forças desconhecidas decorrentes da integração do todo e tão-somente do todo. Deixa, pois, de existir quando parte deste todo é retirada ou não interage”.

Diante desta constatação, o Manual Básico do CPEA (1985) considera que o “Poder Aeroespacial adquire uma vitalidade ainda maior na perfeita integração dos elementos que se completam e se interligam, gerando novas forças. O fracionamento do Poder Aeroespacial em suas partes constitutivas resultará em um Poder menor, porque o todo seria representado pela soma algébrica das forças de cada parte isolada. Já o Poder integrado é potenciado pela coesão, pela capacidade multiplicadora do todo, uno e indivisível”.

Finalmente, voltando a Gumplowicz, entende ele que “a eficácia do Poder aumenta à proporção que se desenvolve o processo de integração dos seus elementos sociais: unificando o consenso sobre seus objetivos e aprestando os meios materiais e imateriais disponíveis”.

Bertrand Russel, também, compreendeu o Poder como “energia social”: a energia que move a sociedade. Em seu clássico “Power – A new social analysis”, diz ele: “Tentar isolar qualquer uma das formas de Poder – e, de modo especial em nossos dias, a forma econômica, tem sido, e ainda é uma fonte de erros de grande importância prática”.

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA E A INTEGRIDADE DO PODER

Doutrinariamente, o Desenvolvimento é o

processo de fortalecimento e aprimoramento global do Poder, com vistas à consecução do Bem Comum.

Em relação a qualquer forma de poder, o Desenvolvimento tem um caráter globalizante, sob pena de surgirem estrangulamentos que acarretarão o colapso do processo.

Este fato significa que o Desenvolvimento Aeroespacial deverá estear-se na integridade do Poder Aeroespacial, para ser contínuo e acelerado e, ainda, retratar um sincronismo sinérgico entre os diferentes Componentes desta forma de Poder, para ser eficaz na conquista e manutenção de Objetivos.

A política do Ministério da Aeronáutica (Desenvolvimento e Segurança) traduz todo o esforço da Comunidade Aeroespacial no sentido de conquistar e manter os Objetivos Aeroespaciais que, permeando os seus cinco Componentes, projetam-se nos campos político, econômico, psicossocial e militar.

Podemos, portanto, dizer que Objetivos e Componentes guardam uma interdependência entre si. As ações desenvolvidas no âmbito de cada Componente refletem-se junto aos demais, com repercussões simultâneas em todos os Objetivos. O que varia é o grau de intensidade destes reflexos e repercussões.

Diante desta constatação, a Política de Desenvolvimento e Segurança, com vistas à consecução de Objetivos, deve propiciar um planejamento científico, por ser ela um processo de decisões sucessivas que se desenrola em diversas fases, níveis e setores de atividades e, ainda, por ressaltar a necessidade de coordenação e ações integradas. E, para tal, torna-se necessária uma unidade de direção pois, se a execução de planos é descentralizada para a obtenção de maior eficácia com a divisão de responsabilidade, a decisão, conseqüentemente, tem que ser centralizada na fonte principal de controle da aplicação do Poder Aeroespacial. Desmembrar ou dividir o Poder Aeroespacial nada mais vem a ser do que provocar uma fenda nas suas manifestações ou projeções, tirando-lhe a característica política mais importante: a sua indivisibilidade.

A INDIVISIBILIDADE DO PODER E A DOCTRINA

Toda doutrina de ação política fundamenta-se em conceitos universalmente consagrados na Filosofia Política, na Ciência Política e em outras disciplinas. São os conhecimentos teóricos que lhes propiciam um embasamento científico. Do mesmo modo,

toda doutrina inspira-se na Prática Política, que lhe confere aspectos de legitimidade, por considerar os valores oriundos do processo histórico-cultural da Nação. Assim, podemos dizer que uma Doutrina de Ação Política está vinculada a dois domínios: o da Teoria e o da Conjuntura ou realidade.

Do conjunto admirável de princípios que integram a Teoria Política, tiramos o da integridade do Poder. E da conjuntura com vistas à racionalização da ação política (máximo de eficácia, com a menor quantidade de meios, em um curto espaço de tempo), foi, sabiamente, retirado o Pressuposto Básico — Emprego do Poder de modo uno e indivisível.

Assim, doutrinariamente, a indivisibilidade do Poder Aeroespacial tem duplo apoio: a Teoria Política e a Prática Política (Conjuntura).

CONCLUSÃO

O Poder Aeroespacial materializado em seus cinco Componentes é, na verdade, o resultado da integração de meios tanto políticos como econômicos, psicossociais e militares que de forma sistêmica buscam os ideais da Comunidade Aeroespacial.

Contudo, como se não bastassem as razões apresentadas para mostrar a indivisibilidade do Poder, lembramos, ainda, Bertrand Russel: “Nenhuma das formas do Poder pode se considerar subordinada a outra”.

Isto significa dizer que vontades e meios inerentes a uma determinada forma de Poder não devem subordinar-se a outra forma de Poder.

Em verdade a questão é secular e das mais apaixonantes, sendo eco de divergências que têm sido estopim de debates. De qualquer modo, dentro de uma visão científica e pragmática, sem entrarmos no mérito das paixões ou interesses de grupos e ainda com prudência e imparcialidade, ficamos com as leis que regem o emprego do Poder.

A Lei da Conservação do Poder dita que: “o Poder muda de aspecto, mas não de natureza”. Tentar mascarar o aspecto de parte do Poder Aeroespacial, passando-o para outra esfera de influência é possível, mas a sua natureza permanece imutável. Em outras palavras, dividir o Poder é tirar-lhe a legitimidade e a licitude. Por isso é que devemos reconhecer que:

“A eficácia do Poder aumenta à proporção que se desenvolve o processo de integração dos seus elementos”.



MEDITAÇÕES PROFISSIONAIS

Operações aerotáticas na próxima década: "a rutura do ritmo".

Maj Brig do Ar RR – LAURO NEY MENEZES

O recente primeiro vôo do nosso AMX trouxe a baila um sem-número de questões e interrogações ao seio dos profissionais-do-ar. Não que essas (e outras) questões e perguntas já não estivessem em pauta nos nossos corredores, salas de pilotos ou à mesa do rancho... apenas ganharam a substância de "ser atual", após a ocorrência desse primeiro vôo. Mas, isso não é verdadeiro só para aqueles que viram e participaram do assentamento das primeiras pedras dos pilares que embasaram esse projeto binacional, mas também para todos os que acompanham com avidez esse programa.

Esse sem-número de interrogações tem como origem as especificações técnicas desse novel sistema de armas e repousa, fundamentalmente, nos aspectos conceituais e doutrinários do dia-a-dia da Força. Ou seja, no ângulo "filosófico" da questão: a entrada dessas novas "ferramentas de trabalho" (do tipo AMX) em serviço não imporá uma evolução (ou revolução) nos conceitos de emprego do Poder Aéreo Brasileiro (ou mesmo "terceiro-mundista")?

Pergunta-se, ainda com muita propriedade: Como se apresentará o campo de batalha aerotático nos anos 2000? Para qual direção – em suas grandes linhas – evoluirão as armas e os sistemas bélicos de

aplicação tática? Em quais setores da tecnologia aeroespacial de aplicação tática estarão as futuras potencialidades (ou debilidades)? Face à incessante sofisticação dos armamentos de terra, mar e ar e no plano dos conceitos globais de emprego tático, qual será o encaminhamento a ser dado à visão de aplicação dos Poderes Aéreo, Terrestre e Marítimo?

Isso porque, aventar a introdução de qualquer novo sistema de armas, sem posicioná-lo no amplo e futuro contexto operacional, é apenas descobrir a parte visível: "o 1/10 de um iceberg flutuando". E o restante?

A concepção e a entrada em serviço de um novo sistema de emprego operacional (ou de armas) estão estreitamente condicionados a um grande conjunto de variáveis, mais ou menos ocultas, e que se denominam alta integração sistêmica, guerra eletrônica, comando, controle e comunicações, informações (C³ I), avaliação da ameaça, competência tecnológica inimiga, etc. Além disso, com a atual velocidade das conquistas tecnológicas, é até possível esperar que alguns sistemas bélicos, extremamente eficazes nos dias de hoje, não consigam ver romper o ano 2000 ainda em estado operacional...

De qualquer forma, há uma realidade inquestionável: à medida que a tecnologia aeronáutica avança e passa a ser dominada por um grande número de países emergentes (os novos fabricantes de aeronaves), os vetores e sistemas que estão prestes a adquirir o "status" operacional no Terceiro Mundo, na década de 90, estão compelidos irremediavelmente a fazer frente às imposições de uma nova arena de combate.

O que se pretende dizer é que, com a conquista de algumas novas posições no campo da tecnologia da aereoelétrica, dos sistemas de visada-e-direção-de-tiro, das munições e das armas, do sensoramento, da guiagem e controle, etc., alguns países (entre eles o Brasil) poderão, com os modernos sistemas de visualização/aquisição de alvo e lançamento/arremesso das armas (que é o caso do AMX), abandonar as operações exclusivamente diurnas (ou visuais) de hoje, para passar à arena onde o claro/escuro e o visível/não visível perderão o sentido. E assim haverá uma "rutura no ritmo" tradicional de operar e cumprir as missões táticas: a arena de combate passará a ser contínua, sem que haja a restrição do dia-noite, do visual e do "instrumento", da boa ou má visibilidade...

Resta meditar e preparar-se para essa dimensão... para esse novo ritmo.

O Ten Cel Av SARMENTO, com sua experiente visão de educador, enxergou de pronto que um dos resultados imediatos da instalação da UNIFA seria a unificação dos Cursos de Preparação de Instrutores então existentes na Força Aérea, o da ECEMAR e o da EAOAR.

Isto ocorreu antes do advento da IMA 37-9 – Cursos de Preparação de Docentes e Administradores de Ensino para a Aeronáutica, de 31 Out 85. Com a efetivação daquele documento, toma forma a proposta do Ten Cel SARMENTO, ora publicada na Revista UNIFA, com o propósito de divulgar esta idéia, feliz pela sua racionalidade, lógica pela evidência de suas razões, objetiva pelos seus fins e, sobretudo, didática pelo seu conteúdo e métodos.

Cumprindo à direção desta Revista registrar, por último, a concretização da proposta quando da realização do CPI 1/86, nos seus módulos I e II, pela Universidade da Força Aérea e a cargo do Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica (CIEAR), com o total e irrestrito suporte da EAOAR, cuja vasta experiência e tradicional competência possibilitaram a viabilização prática e o cumprimento eficaz da citada IMA 37-9.

CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES

RUMO À UNIFICAÇÃO

Ten Cel Av PAULO JORGE B. SARMENTO

O desenvolvimento e os desafios do mundo atual obrigam-nos, como segmentos responsáveis pela arte de ensinar, a refletir sobre a importância e a necessidade premente de ministrarmos aos Oficiais de nossa Força Aérea ensinamentos que possibilitem capacitá-los para as próprias necessidades dessa Força.

Esses ensinamentos, para uma melhor atuação, deverão ser consubstanciados através de uma sedimentação científica e técnico-profissional, traduzidos por fatores tais como: os objetivos da Educação, a Didática e a regulamentação dos conteúdos necessários para atingir os objetivos propostos.

Os objetivos da educação moderna, para um atendimento ao homem e à sociedade de nossos dias, necessitam ser reestudados, tendo em vista os novos dados de que hoje dispomos sobre o homem e a sociedade, em função de um convívio social, funcional e profissional cada vez mais democrático, em que todos os indivíduos sejam responsáveis.

O estudo da Didática faz-se necessário para tornar o ensino mais eficiente, mais ajustado à natureza e às possibilidades do educando. Isso porque a Didática é o conjunto de técnicas destinado a dirigir o ensino, fornecendo princípios aplicáveis a todas as disciplinas, a fim de que o aprendizado das mesmas se efetue com mais eficiência. A Didática é, pois, uma disciplina orientada para a prática.

O ensino, por sua vez, não é mais do que a direção da aprendizagem. Logo, em última análise, Didática é um conjunto de procedimentos e normas destinados a dirigir a aprendizagem de maneira mais eficiente devendo, porém, levar em conta os seus elementos fundamentais: o aluno, os objetivos, o educador, a matéria, os métodos, as técnicas de Ensino e o meio onde atua.

No Ministério da Aeronáutica, a Didática toma vulto e passa a ser fundamental quando concluímos que todas as tarefas a serem desenvolvidas são consubstanciadas de acordo com os seus ditames, principalmente, no que concerne aos Cursos de Preparação de Instrutores, alicerces de todo o sistema de execução e administração do ensino. Estes Cursos são regulamentados através da IMA 37-9 – CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES (CPI), de 02 Mai 83.

A IMA 37-9

(Uma Análise)

I - Finalidades (Cap I, item 1.1 e Cap II, item 2.3)

A IMA 37-9 tem por finalidade "ESPECIFICAR OS CURSOS DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES (CPI), estabelecendo seus respectivos níveis, campos de atuação, objetivos gerais e outras informações necessárias ao planejamento dos referidos cursos".

Para tal, o CPI foi, de acordo com cada organização de ensino, numerado de I a IV.

Neste artigo, abordaremos os CPI de N.º II ao de N.º IV, por tratarem de cursos destinados a Oficiais.

Ao analisarmos estes CPI quanto às suas finalidades, inferimos que o fator diferencial é apenas o tipo de organização, visto que todas visam dar ao Oficial ou ao Civil assemelhado indicados instrutores, condições de planejar, administrar e avaliar a instrução, bem como exercer funções administrativas de ensino, de acordo com as peculiaridades da referida organização — EAOAR ou ECEMAR.

Em ensino, para efeito de bem preparar o Oficial indicado Instrutor, não é admissível ministrarlhe diferentes conhecimentos de um mesmo assunto. Na prática, esta afirmação é mantida e não segue as determinações contidas na IMA 37-9: Estabelecimento dos respectivos níveis. Tomemos por exemplo o assunto "Objetivos Operacionais". Na ECEMAR, a apostila tem como título: ELABORAÇÃO DE OBJETIVOS que, além de tratar dos objetivos, engloba também os níveis de aprendizagem a serem atingidos. Já a EAOAR aborda este mesmo assunto em duas apostilas — OBJETIVOS EDUCACIONAIS (Cod 2-3103) e NÍVEIS DE APRENDIZAGEM (Cod 2-3104). Estudando estes documentos, constatamos que o nível em que são abordados é o mesmo, não havendo diferença alguma.

Como os objetivos educacionais, os demais assuntos ministrados pelas escolas seguem o mesmo padrão apresentado. Portanto, quanto ao fator "Finalidades", a unificação dos CPI pode ser realizada sem prejuízo.

II - Objetivos Gerais (Cap II, item 2.4)

1 — Quanto à direção das atividades docentes, além de aula expositiva, entrevista didática, discussão dirigida e estudo de caso, comuns aos três CPI, as atividades de seminário, painel, simpósio e

pesquisa, diferenciam o CPI II do CPI III e "ALÉM DE OUTRAS RECOMENDADAS PELA ECEMAR", diferenciam o CPI III do CPI IV;

2 — Quanto à redação de documentos didáticos, ela é prevista para os CPI II e III e não para o CPI IV;

3 — Quanto ao planejamento e coordenação de cursos, infere-se que os objetivos do CPI III e IV são os mesmos, porém não é dada a mesma oportunidade de conhecimentos para o instrutor do CPI II;

4 — Quanto à direção e participação em trabalhos de grupo, os três CPI são correspondentes;

5 — Quanto às atividades de avaliação didática, certificamos que no CPI II ela é bastante abrangente: "EXECUTAR ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DIDÁTICA", equiparando-se, deste modo, ao CPI III: "EXECUTAR AS ATIVIDADES DE AVALIAÇÃO DIDÁTICA, DESDE A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS À ANÁLISE DOS RESULTADOS", e também ao CPI IV: "UTILIZAR OS PROCEDIMENTOS PRECONIZADOS PELO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA ECEMAR, NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE MEDIDAS ADEQUADAS AOS OBJETIVOS PROPOSTOS".

Do exposto, concluímos que:

1 — todas as técnicas de ensino deverão ser ministradas a todos os Oficiais-Instrutores, sem exceção;

2 — redigir documentos didáticos é uma necessidade de todos os Oficiais Instrutores;

3 — há a necessidade do planejamento e coordenação de cursos; e

4 — os fundamentos da avaliação são os mesmos, havendo diferenças, apenas, na quantidade de testes, provas e exercícios avaliados, de acordo com a necessidade de cada escola. Porém, todos os Oficiais-Instrutores devem conhecer as peculiaridades de cada escola, a fim de planejar eficientemente, em seu setor, as atividades de avaliação inerentes.

Daí, sentirmos a necessidade de unificação do aprendizado dos elementos vistos acima, o que só será possível através de um CPI único para os Oficiais indicados instrutores.

III – Currículo Mínimo (Cap II, item 2.5)

Analise, agora, as diversas disciplinas apresentadas e seus respectivos objetivos, bem como as unidades previstas para atender a esses objetivos.

1 – Fundamentos da Educação

Os objetivos são os mesmos para os três Cursos.

Quanto às unidades:

– no CPI II não é ministrada a unidade “Fundamentos Filosóficos”;

– a unidade “Fundamentos Psicológicos” é idêntica nos três cursos;

– na unidade “Fundamentos Filosóficos”, do CPI III, é previsto ministrar “Teorias da Educação”, que aparecem no CPI IV, com o título de “Correntes Filosóficas da Educação”.

Observando os Planos de Unidades Didáticas (PUD) da EAOAR e ECEMAR, verificamos que a primeira adota o nome de “Pensamentos Filosóficos” e denomina a subunidade de “O Pensamento Didático Contemporâneo”; a segunda manteve a mesma denominação da unidade, como previsto na IMA, intitulando a subunidade de “Pensamento Pedagógico Contemporâneo”. Concluímos que, os documentos didáticos (apostilas) elaborados para ambas as escolas fornecem o mesmo conteúdo e nível.

2 – Comunicação Humana

Os Oficiais indicados instrutores não necessitam do estudo desta disciplina na sua totalidade, isto porque a mesma já havia sido ministrada no Curso de Aperfeiçoamento (CAP), na EAOAR. Há, porém, necessidade do estudo dos “Fundamentos da Comunicação Verbal e Não-Verbal”.

É indispensável, no entanto, ministrá-la aos civis assemelhados e aos Oficiais que não cursaram o CAP. Para tal, quando da elaboração do currículo, ela deverá ser programada e o curso iniciado, para estes elementos, em período anterior aos que já tenham conhecimento dela.

3 – Metodologia do Ensino

O que observamos ao comparar os objetivos específicos de cada curso é que, utilizando

palavras diferentes, estes objetivos são os mesmos e pretendem um trabalho idêntico, de mesmo nível.

Senão vejamos:

a - para a EAOAR:

“Reconhecer a importância do planejamento didático”;

“Elaborar Planos de Trabalho Escolar (PTE) adequados às técnicas de ensino adotadas pela EAOAR”, e

“Elaborar um Plano de Curso, abrangendo todas as suas fases”.

b - para a ECEMAR:

“Reconhecer a importância do planejamento na área da Educação”;

“Ministrar uma aula expositiva, dentro dos moldes preconizados pela ECEMAR”; e

“Elaborar um Planejamento de Ensino a nível de subunidade, utilizando os procedimentos preconizados pela ECEMAR”.

Por que diferenciar em palavras o planejamento de um mesmo assunto? Só porque um é CPI III e outro é CPI IV?

Por que elaborar PTE de acordo com as técnicas de ensino adotadas na EAOAR e aula expositiva nos moldes preconizados pela ECEMAR?

Não existe isso!

O que existe é um padrão de como se deve planejar e apresentar uma aula expositiva.

As próprias apostilhas, tanto da ECEMAR quanto da EAOAR, apresentam esse mesmo padrão, sem diferenças no conteúdo.

Por que elaborar um planejamento de ensino, utilizando procedimentos de tal ou qual escola?

Existe documentação que regula a elaboração dos planos.

Quanto às unidades, a IMA determina as mesmas para ambas as escolas.

Visto este item, mais uma vez concluímos da necessidade de se adotar um CPI único.

4 – Avaliação Escolar

Os objetivos apresentados para os cursos seguem a mesma filosofia, quanto à avaliação.

e quanto às unidades a serem abordadas.

Desta análise concluímos que apesar dos Cursos de Preparação de Instrutores serem de diversos tipos, devendo obedecer aos respectivos níveis de cada escola, na prática, as escolas responsáveis em ministrá-los inserem em seus currículos os mesmos assuntos e apresentam-nos no mesmo nível, não existindo, portanto, diferenças no conteúdo desses assuntos.

UM ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO CPI

(Uma proposta)

Ao prepararmos um Oficial para o exercício da tarefa de Instrutoria, não poderemos fazê-lo, obedecendo a critérios que determinem que um Oficial terá condições apenas de ser Instrutor dessa ou daquela Escola. Devemos ter em mente que o Oficial-Instrutor deve estar preparado para exercer as suas funções nas diversas organizações de ensino da Força Aérea, independentemente do nível dessas organizações.

Acreditamos que a criação da Universidade da Força Aérea (UNIFA) venha a estreitar ainda mais o inter-relacionamento de nossas escolas, na consecução dos objetivos a atingir e dos planejamentos de curso.

Com a criação da UNIFA não seria coerente a permanência de dois Cursos de Preparação de Instrutores, uma vez que concluímos serem os mesmos praticamente idênticos.

Para evitar essa duplicidade, propomos a criação de um Órgão, na UNIFA, que teria como missão, ministrar o Curso de Preparação de Instrutores aos Oficiais indicados instrutores pela ECEMAR e EAOAR; aos Civis Assemelhados, indicados para administrar ensino no Ministério da Aeronáutica; aos Oficiais indicados para servir nos setores do ensino do CIEAR, CATRE, AFA, EPCAR, CIAAR e EEAER; e aos Oficiais que, por ventura, tenham sido indicados pelos Comandantes de suas OM e aceitos pelo Comandante da UNIFA.

Esse órgão teria a denominação de CENTRO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES – CEPI. O CEPI estaria subordinado ao Comando da UNIFA e seu Corpo Docente seria constituído pelos Oficiais-Instrutores da ECEMAR, EAOAR, CIEAR e do pró-

prio CEPI, pelos Professores lotados nestas Escolas e Centros, e por Oficiais, Professores e Conferencistas convidados.

Antes da criação do CEPI, poder-se-ia formar um núcleo que sob a responsabilidade da ECEMAR ou da EAOAR ou do CIEAR, iniciaria o seu desenvolvimento, servindo de base para determinar a viabilização de tal implantação e seu respectivo resultado.

CONCRETIZAÇÃO DA IDÉIA

Recentemente, tomamos conhecimento da Minuta da IMA 37 - intitulada CURSOS DE PREPARAÇÃO DE DOCENTES E ADMINISTRADORES DE ENSINO PARA A AERONÁUTICA, que visa dar nova regulamentação aos Cursos de Preparação de Instrutores (CPI) quanto à unificação e ao único Órgão responsável em ministrá-lo.

Concretiza, assim, em linhas gerais, as novas idéias propostas no decorrer deste trabalho.

Ela visa, também, cancelar a IMA 37-9 – CURSO DE PREPARAÇÃO DE INSTRUTORES, documento básico para a elaboração deste artigo.

Analisando-a, verificamos que a idéia de unificação dos CPI foi observada, porém alguns pontos carecem de observações, em função de persistir, ainda, a preocupação de fracionamento.

Diz a Minuta no seu CAPÍTULO III:

“Item 3-2 – Módulos ou Tipos

a - O CPI será composto de 2 (dois) módulos:

Módulo 1 - ou CPI - 1 – Curso de Preparação de Instrutor de Unidade.

Módulo 2 - ou CPI - 2 – Curso de Preparação de Instrutor de Organização de Ensino.

b - O CPI - 1 será pré-requisito para o CPI -2.

Item 3-3 – Formas de realização

As duas modalidades poderão ser feitas de uma só vez, ou em ocasiões distintas, respei-

tando o disposto na letra "b" do item 3-2.

Item 3-7 – Duração do Curso

- a - CPI-1 – 2 (duas) semanas
- b - CPI-2 – 3 (três) semanas."

Algumas perguntas devem ser formuladas a respeito desses itens:

1ª Pergunta

Considerando que o Corpo Discente do CPI, em sua grande parte, é constituído por Oficiais-Superiores (atualmente Tenentes-Coronéis) indicados instrutores pela ECEMAR, e por Capitães (próximos à promoção a Major) indicados Instrutores pela EAOAR;

Considerando que esses Oficiais são possuidores de significativas experiências, no decorrer da carreira militar, em situações de instrutoria, realização de Cursos, desempenho de funções e até em cargos de Comandante;

2ª Pergunta

Em função da não determinação, na Minuta da IMA, do que seja Instrutor de Unidade e da não existência de um Currículo do CPI - 1, o CPI - 1 – de Instrutor de Unidade, seria o CPI - II, ou seja, o que "capacitaria o Oficial e/ou Civil assemelhado a planejar, ministrar e avaliar a instrução relativa ao seu setor ou ramo de conhecimento específico"?

Se positivo, esta separação de módulos não deve ser feita, porque ao lermos o Plano Geral de Ensino da EAOAR, – Unidade responsável por ministrar o CPI-II, verificaremos que o mesmo, nada mais é do que o CPI - III condensado e realizado em duas semanas.

Se negativo, aí temos outra pergunta:

No atual processo de desenvolvimento global, quando se procura absorver em maior quantidade e o mais rápido possível os fatos existentes, por que negar ou retardar aos nossos Oficiais todo o conhecimento colocado à disposição e necessário ao bom desempenho da função de Instrutor, seja ele Instrutor de Unidade ou Instrutor de Organização de Ensino?

Quando da análise da IMA 37-9, verificamos que todas as técnicas de ensino deveriam ser ministradas a todos os Oficiais-Instrutores, sem exceção, como também a redação de documentos didáticos, o planejamento e a coordenação de Cursos e os fundamentos da avaliação.

Mais uma razão para a realização de um CPI único, sem Módulos!

A idéia está concretizada.

Adaptar a redação da IMA 37-9 será a solução ideal para todos os problemas levantados quanto à realização de um CPI único, visto que esse documento é estruturado, em sua essência, em função do pensamento de nossas Escolas - ECEMAR e EAOAR, as responsáveis pelo desenvolvimento de todos os Oficiais, no que diz respeito à realidade do Ministério da Aeronáutica e no que se pretende dos Oficiais-Instrutores quanto ao processo ensino-aprendizagem.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Ministério da Aeronáutica. Departamento de Ensino. **Curso de preparação de instrutores (IMA 37-9)**. Rio de Janeiro, 1983.
- ————. **Cursos de preparação de docentes e administradores de ensino para a Aeronáutica (IMA 37 - Minuta)**. Rio de Janeiro, 1985.
- ————. **Apostilhas do CPI - III**. Rio de Janeiro, 1985.
- ————. **Mini-currículo do CPI - III**. Rio de Janeiro, 1985.
- ————. **Plano de unidades didáticas**. Cumbica, 1984.
- ————. **Apostilhas do CPI - IV**. Rio de Janeiro, 1984.
- ————. **Plano de unidades didáticas do CPI**. Rio de Janeiro, 1984.
- ————. **Tábua curricular do CPI - IV**. Rio de Janeiro, 1984.

FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

AULA INAUGURAL DA ECEMAR

Ten Brig do Ar JOÃO SOARES NUNES, Diretor-Geral do Departamento de Ensino.

“Os soldados de carreira resistem muitas vezes às inovações, porque as inovações tendem a tornar obsoleta a especialidade de cada um e a exacerbar a competição”.

CLAUSEWITZ

Os choques militares do século XX têm demonstrado que nenhum sistema de armas, por mais eficaz que seja, nunca é ou será melhor do que o homem que o projeta, constrói, mantém e opera.

É para a formação e aperfeiçoamento deste homem que se volta a atenção primeira do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

Há 20 anos, os pátios de Pirassununga estavam repletos de T-6's a um custo de 27 mil Dólares cada. Hoje, lá estão os nossos T-27 acima de Hum Milhão de Dólares.

Qual o perfil do Cadete para o qual vamos entregar o comando de uma aeronave acima de Hum Milhão de Dólares?

Vamos além! Qual o perfil do Oficial que pilotará um AMX de Quinze Milhões de Dólares, ou um P-120, o BRASÍLIA-PATRULHA de Vinte Milhões de Dólares, ou ainda o F-X de Trinta Milhões de Dólares a preços de hoje? E todos eles sendo vetorados por uma sofisticada rede de detecção, controle e comunicações de mais de Hum Bilhão de Dólares?

Anualmente, um apreciável número de

jovens ingressa na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA com a aspiração de conquistar para si um lugar no Corpo de Oficiais da Aeronáutica. Cada um desses jovens idealistas constitui um feixe de potencialidades pronto para ser desenvolvido.

Entretanto, perguntamos: Quais as características desejáveis? Que potencialidades devemos estimular? Enfim, qual o perfil do Oficial que a ACADEMIA DA FORÇA AÉREA deve produzir?

Sem pretendemos esgotar o assunto, acreditamos que, basicamente, o Aspirante-a-Oficial da Aeronáutica deve:

1 - possuir ampla base cultural que o habilite a desenvolver-se em diversos setores do campo do conhecimento humano no decorrer de sua carreira de Oficial;

2 - desenvolver um raciocínio analítico claro e saber conduzir esse raciocínio a uma conclusão lógica;

3 - demonstrar capacidade de decisão e possuir habilidade de transmitir a outros as suas idéias, características essas, essenciais para o exercício da Chefia;

4 - possuir senso do dever e confiança própria;

5 - possuir qualidades físicas e morais, como condição essencial às práticas de liderança;

6 - possuir suficiente experiência técnico-profissional que o habilite a operar com eficiência, após adequado treinamento, o sistema de armas da Força Aérea; e

7 - ser socialmente estável.

Na hipótese de aceitarmos as linhas mestras desse perfil, voltamos então a perguntar: como vamos produzir Oficiais com estas características? Que sistema educacional deve possuir a ACADEMIA para desenvolver em cada Cadete as qualidades que uma moderna Força Aeroespacial exige nos dias de hoje? Quanto custará essa tarefa?

Não nos perdoaríamos, se, numa hora em

que toda a Nação Brasileira está mobilizada para a reforma da sua estrutura econômica, não abrissemos um parêntesis para abordar o problema dos custos.

A atividade de ensino é um investimento a longo prazo, cujo retorno representa, para a Força Aérea, o militar formado nos diversos níveis que esta necessita. Se esse produto não vier a ser usado pela Força Aérea, estará havendo desperdício.

O Relatório Anual de Contabilidade de Custos da Secretaria de Economia e Finanças (SEFA) apresentará dados estatísticos relativos a 1985, dos quais tomamos conhecimento dos seguintes:

CUSTO-ALUNO EM 1985

AFA (Aviadores)	- Cz\$ 107.575,00
CIAAR (Corpo Feminino)	- Cz\$ 288.497,00
EPCAR (Alunos de 2. ^o Grau)	- Cz\$ 42.311,00
ITA (Universitários)	- Cz\$ 13.498,00

Esses números representam os custos apurados na Organização, divididos pelos respectivos efetivos de alunos. Tais dados nos levam a concluir que a formação de um engenheiro no ITA, por exemplo, é menos onerosa do que a militarização, para constituir o Corpo Feminino da FAB, de Psicólogas, Enfermeiras ou Fonoaudiólogas, já formadas em Universidades Civis.

Nos parece, entretanto, que a relação custo-benefício revela-se mais importante. Os exemplos da EPCAR são bem significativos. Enquanto o ITA e CIAAR produzem Tenentes, ou seja, o produto pode ser considerado como "produto acabado", o aluno da EPCAR só poderá ser considerado como tal, se realmente vier a ser matriculado na AFA.

Em 1974, de 321 alunos que ingressaram na EPCAR em 1971, 206 receberam o certificado de conclusão do Curso de 2.^o Grau (63,55%), e 198 foram matriculados no 1.^o ano da AFA (61,6%).

Os dados relativos a 1985 revelam-se mais preocupantes: dos 361 alunos que ingressaram na EPCAR em 1982, 227 chegaram ao 3.^o ano; houve uma perda de 29,3% nos primeiro e segundo anos. Receberam o certificado de conclusão do Curso de 2.^o Grau 206 alunos, revelando uma perda acumulada de 43%. E, finalmente, 144 foram matriculados no 1.^o ano da AFA, registrando-se uma perda que totalizou 60%.

Esses dados sugerem uma especulação sobre o Custo-Aluno que a Secretaria de Economia e Finanças divulga, anualmente: se os custos apurados na organização passarem a ser divididos pelo número de

alunos que o "produto acabado" representa, teremos, no caso da EPCAR em 1985: os Custos Apurados divididos pelos 144 alunos matriculados no 1.^o ano da AFA. O resultado indica um Custo-Aluno de Cz\$ 225.952, que foi o preço que a FAB pagou, no princípio do corrente ano, para matricular na AFA cada Cadete oriundo da EPCAR.

Na verdade, a produção do Oficial começa antes mesmo do seu ingresso na AFA. O Departamento de Ensino da Força Aérea deve assegurar-se de que foram feitos todos os esforços para motivar boa parte da juventude da Nação para a conquista de um lugar na ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. Parece-nos uma carga muito pesada para ser atribuída apenas ao nosso CERPEA.

A ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES-DO-AR, em Barbacena, vem sendo responsável, já há algum tempo, pelo preenchimento do maior número de vagas no 1.^o ano da ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. Nós diríamos que ali está o fio da meada.

Daí resulta uma preocupação da Direção do DEPARTAMENTO DE ENSINO com aquela Escola, onde o Ministério da Aeronáutica vem subsidiando, integralmente, a instrução de 2.^o Grau para uma considerável parcela de alunos que não ingressa na AFA.

O dilema "Civil candidato à AFA versus alunos da EPCAR" tem oferecido a alguns companheiros, estudiosos do assunto, a oportunidade de levantarem dados de profundo significado. Parece-nos da maior importância — e o Departamento de Ensino disso está convencido — e já se faz tardar, uma minuciosa análise do problema, de forma a abandonarmos as discussões acadêmicas, para enfrentá-lo com realismo e coragem.

Só estaremos seguros de que o produto final de 4 anos de adequado aprendizado e intenso treinamento será um Oficial-Cidadão altamente capaz, quando tivermos a garantia de que conseguimos recrutar para a AFA uma faixa da juventude brasileira, já parcialmente modelada pela sociedade.

Nossa opinião — estritamente pessoal — é que a Força Aérea não deva, como se faz nos seminários religiosos, preparar homens para a vida em um mundo à parte. Acreditamos, sim, que os jovens que forjamos em nossas Escolas devam ser restituídos fardados a uma sociedade da qual nunca tenham se alijado, uma vez que, inexoravelmente, como Oficiais, nela viverão pelo resto de suas vidas.

A técnica militar exige uma ampla formação de Cultura Geral para seu domínio.

Os métodos de organização e aplicação

racional da violência em qualquer um dos estágios da História estão nitidamente relacionados com todo o padrão cultural da Sociedade. Ser parte Engenheiro, parte Administrador, parte Sociólogo, parte Psicólogo, parte Estudante da História Militar são qualificações desejáveis no Oficial moderno pois, na medida em que progride em sua carreira e assume maiores responsabilidades, ele deve dispor de um conhecimento amplo que não pode ser limitado às suas experiências pessoais.

As atitudes generosas que são cultivadas nas práticas esportivas, a atitude elegante de cumprimentar e abraçar o vencido, a dignidade de ser vencedor com humildade valem como sadias lições de moral.

— A lealdade, a moderação, a coragem e a generosidade são algumas das muitas qualidades que o esporte desenvolve. A participação em equipes é altamente educativa e prepara o Cadete para exercer atividades de colaboração. O elemento de uma equipe dá o melhor de seu esforço para que sobressaia a atividade do grupo. Ele aprende a vantagem do trabalho em conjunto, sobre o trabalho individual.

As atividades extra-classe, como os Clubes de Vôo à Vela, Aeromodelismo, Pára-quedismo Amador, o Coral de Cadetes e outros, constituem fatores altamente motivantes para o desenvolvimento global do Cadete.

Poderíamos nos estender ao falarmos sobre a formação de Oficiais. O assunto é sem dúvida, apaixonante e polêmico.

Gostaríamos, contudo, de abordar, também, a importante missão atribuída à UNIVERSIDADE DA FORÇA AÉREA.

A carreira do militar, notadamente quanto aos Quadros de Oficiais, é uma marcante seqüência de decisões, cujas gradações e intensidade aumentam à medida que os Postos vão sendo galgados.

O Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da UNIFA se situa, ao longo dessa carreira, em um ponto singular e de extrema importância. É a oportunidade, após a formação do Oficial, para que a Força Aérea lhe proporcione a primeira grande reciclagem, preparando-o para o exercício de funções mais complexas que exigirão maior maturidade intelectual e amplo discernimento.

Ao ministrá-lo, cabe à ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO a tarefa de complementar a formação básica e iniciar o processo de transição, transmitindo conhecimentos que preparem o Oficial, facilitando o seu ingresso em novo estágio da carreira, em que as exigências não mais se circunscrevem aos limi-

tes específicos de sua especialidade e começam a extrapolar os próprios limites da sua Unidade e da Força Aérea.

A ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS se propõe a ampliar a Cultura Geral e Profissional do aluno, aprimorar suas habilidades relativas a ações executivas e de planejamento, iluminar sua caminhada para as posições de Comando, Chefia, Liderança e Assessoramento, proporcionando-lhe maior capacitação para administrar Recursos Humanos e Materiais e desenvolver sua capacidade de comunicação.

Nesta época, o Oficial, ao assumir a Chefia de segmentos importantes da Organização Militar, terá que exercer ações de administrador. A função de assessoria passa a ter um grau de responsabilidade mais elevado.

Um outro aspecto que não pode ser perdido de vista, é que o Curso de Aperfeiçoamento serve de interface para o ingresso do Oficial na ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA.

Todos estes aspectos devem ser considerados na elaboração e aplicação de um Curso de tal natureza, aliados ao fato de que uma das principais características do Corpo de Alunos da EAOAR é a heterogeneidade dos seus Quadros e Escolas de Formação, assim como heterogêneas são as experiências que cada aluno traz consigo.

Para o cumprimento da sua missão, o Ministério da Aeronáutica, dentro de sua sistemática de ensino, coloca à disposição dos Oficiais uma série de instrumentos, que se inicia na ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS com o Tema "O Processo Decisório"; tem seqüência na ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR, com os temas "Estudo de Estado-Maior" e "Exame de Situação"; e, finalmente, se completa com o "Método para o Planejamento da Ação Política Aeroespacial".

O Curso de Estado-Maior procurará atender às solicitações de assessoramento inerentes ao Oficial Superior, abrindo-lhe caminhos e alternativas que permitam ampliar o campo do conhecimento que todo Oficial de Estado-Maior deve possuir.

Assim, dentro da área de conhecimentos básicos, o Curso considera importante o redimensionamento dos conceitos pertinentes ao emprego das Forças de Superfície e um perfeito entendimento dos fundamentos da Doutrina Militar e Aeroespacial.

Considera, a seguir, na área do processo decisório, o envolvimento do Oficial com o processo de

planejamento do Comando estabelecido para o Ministério da Aeronáutica, no que se refere ao assessoramento para a solução de problemas operacionais e gerenciais e, principalmente, na padronização da formalística empregada na elaboração dos planos e ordens operacionais.

Neste aspecto particular, gostaríamos de ressaltar a importância da correta atitude mental quando da elaboração dos estudos de Estado-Maior e Exames de Situação. A busca da verdade importa em deixar-se de lado as tendências e interesses pessoais, os "Achismos", os Erros de Halo, os Arrolamentos Imperfeitos de Dados, enfim, os preconceitos que tanto deturpam aqueles estudos e exames. A busca da verdade imparcial deve se tornar um credo. Assim procedendo, a margem de erro, naturalmente, será desprezível.

E, por último, dentro da área do Poder Aeroespacial, o Curso de Estado-Maior procurará enriquecer a capacidade analítica do Oficial, quer para com o emprego da Força em operações independentes, conjuntas ou combinadas, quer para com o emprego, da melhor maneira, dos recursos disponíveis para a ação operacional. Os conhecimentos referentes ao envolvimento da Força no campo das Operações Aéreas e da Logística deverão ser aprimorados. Os exercícios de simulação de Guerra, como Manobras na Carta e Jogos de Guerra deverão completar essa parte teórica, consolidando os conceitos assimilados, principalmente os de caráter tático e estratégico.

O Curso Superior de Comando, que se segue, deverá proporcionar ao estagiário uma visão real das conjunturas Militar e Aeroespacial existentes, principalmente no que se refere à possibilidade de aplicação judiciosa do instrumento bélico, em especial, da Arma Aérea.

Para tanto, procurará aprofundar os conhecimentos desenvolvidos no Curso de Estado-Maior e estabelecer outros, que facilitarão a compreensão do Fenômeno da Guerra e das responsabilidades da Força como Instituição voltada para a Segurança Nacional.

Dessa forma, dentro da área de conhecimentos básicos, associa o pensamento Geopolítico Nacional e a Posição Estratégica do País à própria realidade da Segurança Nacional e, assim, na área do processo decisório, procurará consolidar Estudos Estratégicos que permitam analisar, a fundo, o meio ambiente sobre o qual poderá ser empregado o Poder Aeroespacial.

Na última e mais importante etapa do continuado processo de aprendizado a que são submetidos

os futuros Chefes da Força Aérea Brasileira, o Estagiário do Curso de Política e Estratégia Aeroespaciais, orientado por adequada metodologia e através de uma Doutrina de Ação Política calcada em um sólido conhecimento da Realidade Brasileira, é introduzido no trato de assuntos concernentes ao Poder Aeroespacial, enfocados no mais alto nível. Dessa forma, é suposto o retorno do Estagiário à Força, com uma visão mais ampla e aprofundada, que lhe permita participar, com credenciais, na formulação e na conduta da Política e Estratégia Aeroespacial Brasileira.

CLAUSEWITZ considera que "a paz é a continuação da luta, mas, por meios diferentes". Entretanto, mais importante do que saber ganhar, é saber ganhar a paz.

Convido o leitor a meditar sobre o conteúdo dessa afirmativa.

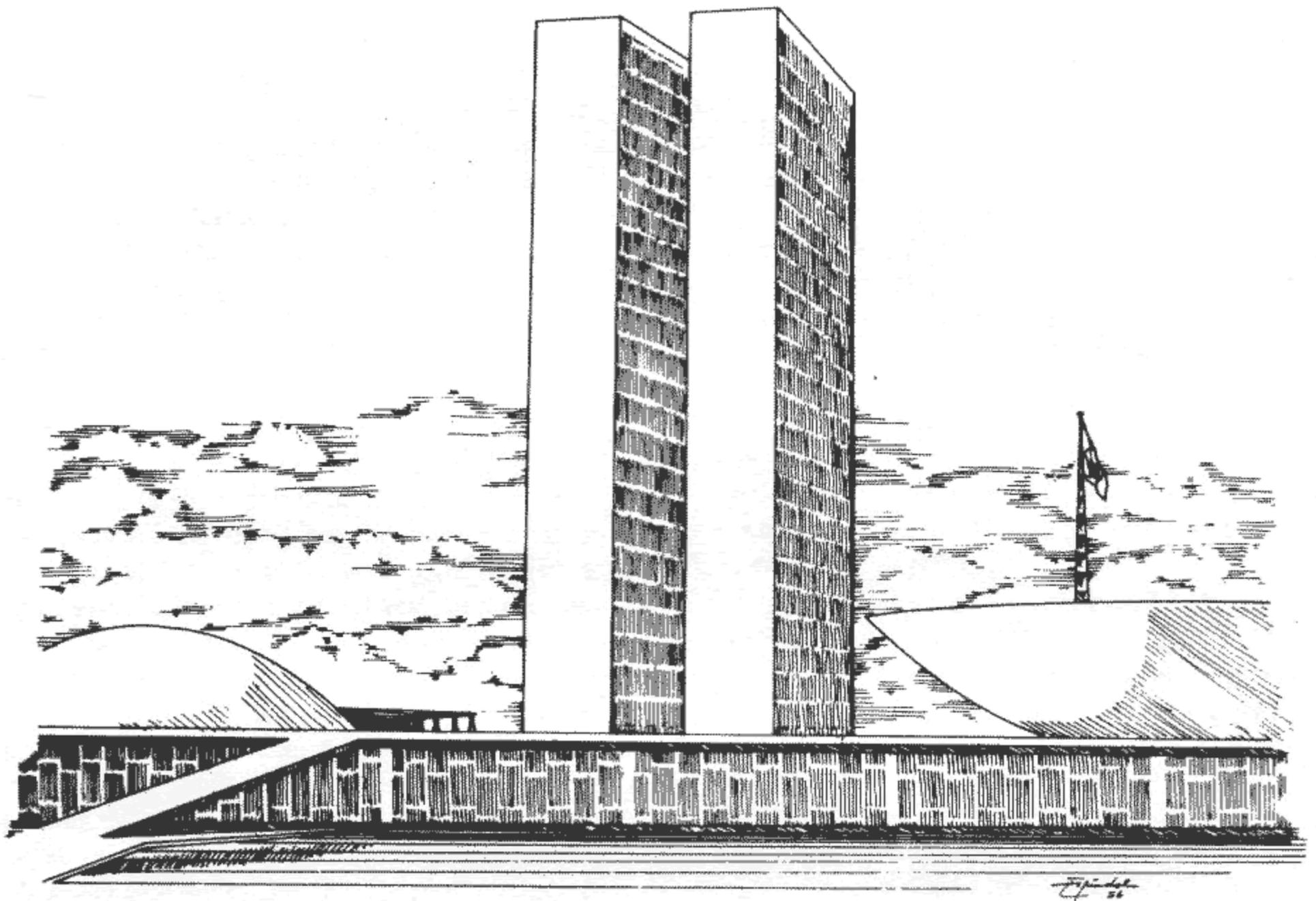
A meta de longo alcance da Força Aérea não muda: Superioridade em Poder Aeroespacial. A fim de realizar este objetivo, o preparo intelectual e o treinamento hoje, dos Chefes de amanhã, deverão ser os mais completos possíveis. O conhecimento amplo será fundamental no estabelecimento dos atributos tão necessários à liderança futura.

A questão que formulamos no início, sobre o perfil que se deseja para o Oficial da Força Aérea, certamente, não encontrará como resposta um modelo matemático. Mas, imaginemos dois perfis de personalidade militar, aparentemente antagônicos: o destemido e até temerário, sempre acirrado para o combate, que chamaremos de "Guerreiro"; paralelamente, o calculista e cerebral, lento, porém bom estrategista, identificado como "Intelectual". Um não deve atingir um plano superior ao do outro.

O DEPARTAMENTO DE ENSINO DA AERONÁUTICA espera estimular e desenvolver um equilíbrio entre o primeiro e o segundo perfil, de acordo com as possibilidades de cada um, pois temos a convicção de que será um erro imperdoável responsabilizarmos o Guerreiro pela nossa planificação e darmos ao Intelectual o Comando da nossa Força.

Finalizando, gostaríamos de trazer à reflexão do leitor um pequeno trecho do Livro "Noções Militares Fundamentais" do Cel JOÃO BATISTA MARGALHÃES, publicado em 1935:

"Na Guerra, considerando que só a ação ocasiona efeito, o caráter e a vontade são, por certo, traços indispensáveis na personalidade do militar. Entretanto, quase em igual nível tem-se o saber: — Se um bruto não comanda, tampouco comandará um sábio tímido e hesitante".



**PARTIDOS POLÍTICOS COMO CANAIS
DE COMUNICAÇÃO**

**DO FENÔMENO SOCIAL INEVITÁVEL A
ERA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA**

Prof. LAURO SODRÉ NETO

O FENÔMENO SOCIAL INEVITÁVEL

Já Maquiavel (1469-1527) identificava a existência de diferentes motivações e comportamentos políticos característicos de grupos sociais distintos, embora não institucionalmente constituídos, que ele denominou posição do povo e posição dos poderosos.

Bolingbroke (1679-1751) defendia a tese de que partidos caracterizados por princípios de interesse geral ainda assim ofereciam o grande perigo de tenderem a se transformar em facções, dominadas por interesses de grupos hegemônicos, sempre nefastos à coletividade nacional.

Montesquieu (1689-1755) condenava as facções políticas, mas admitia dissonâncias que contribuíam para a harmonia geral.

Voltaire (1694-1778) conceituou mais precisamente a facção, de latim facere, fazer, agir, como corrente ou grupamento sedioso e o partido, do latim partere, partir, como uma instituição integrada em um todo maior.

David Hume (1711-1776), elo filosófico e cronológico entre Bolingbroke e Burke, condenava veementemente as facções, mas tolerava os partidos políticos fundamentados em princípios como um mal inevitável.

Sua maior contribuição foi a tipologia dos grupos políticos:

- Pessoais - Universos restritos
- Reais - Grandes universos
 - movidos por interesses
 - movidos por princípios } políticos
religiosos
 - movidos por afeição

Segundo Hume, os princípios políticos são, em geral, lógicos, racionais, enquanto os princípios religiosos são muitas vezes cruéis e odiosos.

Edmund Burke (1729-1797) definiu partido político:

“Partido é um grupo de homens unidos para promover, pela ação conjunta, os interesses nacionais através de algum princípio específico no qual estão de comum acordo.”

A idéia de homens unidos subentende conexão, comunicação, participação.

REVOLUÇÃO AMERICANA (1776-1783)

É de todo conveniente focalizar uns poucos aspectos fundamentais do movimento de independência das colônias inglesas na América, para melhor

compreender a reação dos patriotas franceses contra a presença, na França, dos partidos políticos, de origem britânica. A política colonialista inglesa, no período que precedeu à Revolução Americana, era a de dividir para governar, exigindo de cada uma das Colônias submissão à Coroa e procurando impedir associações e apoio mútuo entre elas. A reação ostensiva das colônias se iniciou e progrediu nos três Congressos de Filadélfia, de 1774, 1775 e 1776, culminando com a divulgação da declaração de independência, da lavra de Thomas Jefferson, a 4 de julho de 1776. Desde maio, quando se instalou o Terceiro Congresso, até 2 de julho, discutiu-se exaustivamente a proposição de Jefferson que, para defendê-la, arregimentou opiniões e desenvolveu atividade partidária, embora, como Bolingbroke e Montesquieu, visasse à unidade nacional que se haveria de consolidar em torno de seu partido único, segundo seus planos.

Dentre os muitos efeitos imediatos do mais importante documento da História dos Estados Unidos, há a grande divisão dos colonos em patriotas e tories; os primeiros, partidários do emprego da força e os segundos, partidários do caminho das negociações. Os dois partidos muito prejudicaram a unidade nacional.

Com a vitória da Revolução Americana e a assinatura do Tratado de Versailles, a 3 de novembro de 1783, o espírito e a semente dessa revolução se espalharam pela Europa, contribuindo fortemente para a eclosão da Revolução Francesa, pouco depois.

São dessa época pronunciamentos como os de:

1 — Saint-Simon

“Sinto que a Revolução Americana marcou o início de uma nova era na política; que essa revolução trará, necessariamente, grandes progressos para a civilização; e, que durante muito tempo produzirá, na Europa, grandes mudanças na ordem social”.

2 — Mathieu Dumas

“Cuidado, cuidado, jovem, para que o triunfo da causa neste solo virgem não influencie exageradamente as tuas esperanças; tens, em teu poder, os germes desses generosos sentimentos, mas, se tentares fecundá-los em tua terra natal, após tantos séculos de corrupção, terás de superar muito maiores obstáculos; custar-nos-á muito sangue a conquista da liberdade; terás de domar torrentes antes de implantá-las em

tua velha Europa.”

Revolução Francesa (1780-1794). Quando a Revolução Francesa, em toda sua violência, varreu a Europa, as idéias de Burke foram combatidas e os partidos políticos unanimemente condenados. Condorcet, Danton, Robespierre, Saint-Just, líderes políticos desaparecidos na voragem, em 1794, fizeram, todos eles, pronunciamentos violentos contra os partidos políticos. Em meio à notória influência do pensamento de Rousseau (1712-1778), do racionalismo e do individualismo atomista prevaletes na época, partidos e facções eram considerados pelos patriotas como uma conspiração contra a nação.

James Madison (1751-1836) antepôs a “ENGENHARIA CONSTITUCIONAL” ao inelutável fenômeno da formação de grupos políticos, fossem eles facções ou partidos, já identificados desde o século XV por Maquiavel como posição do povo e posição dos poderosos. Madison procurava mais “controlar os efeitos que eliminar as causas”. Aliás, o próprio Washington, em discurso de 1796, alertava contra o perigo dos partidos e Jefferson, adversário político de Washington, não obstante ter sido quem primeiro empregou a técnica partidária elaborada por Burke, foi quem mais se aproximou de Bolingbroke quando idealizou um partido tão poderoso que pudesse absorver todo o universo nacional, o que não aconteceu.

Benjamin Constant (1767-1836), consolidando as idéias de Madison, ponderava em 1815: “Não podemos esperar excluir as facções de uma organização política onde as vantagens da liberdade costumam ser preservadas, mas temos que trabalhar para torná-las o mais inofensivas possível”.

A ERA DA COMUNICAÇÃO DE MASSA

O fenômeno partido político foi, por fim, admitido como fato inelutável a exigir cuidados especiais para não se desenvolver desordenada e perigosamente. Ganhou, progressivamente, status de instituição política inserida em universo mais amplo; desempenhou relevante papel nos governos responsáveis, fiscalizando o desempenho dos governantes; despertou grande interesse dos governos responsáveis pelo elevado poder eleitoral que detêm; assumiu o controle do poder nacional nos governos partidários; e, transcendeu à própria nação ao intervir, como partido de massa, na vida de povos alienígenas.

Tocqueville, Bryce, Ostrogorski, Michels,

Max Weber e outros acompanharam a evolução do partido político até o início do século XX. Diz-se hoje que “os partidos políticos são débeis para desempenhar função expressiva diante da moderna tecnologia da comunicação de massa e da manipulação da opinião pública”. Diz-se, também, que: “os partidos transmitem demandas reforçadas por pressões”; “os partidos políticos são instituições básicas para a tradução de preferências da massa em políticas públicas”; “o único tipo de organização que pode traduzir em fato a idéia de governo majoritário é o partido político”; “os partidos organizam a caótica vontade pública”.

Em texto especial, recomendado pela Universidade de Brasília para o estudo do tema, escreveu Fleischer: “Assim os partidos também selecionam, agregam, e finalmente desviam e distorcem estas demandas — ou, numa extensão lógica, chegam a manipular a opinião pública”. E, com o visível objetivo de atenuar a grave assertiva, acrescenta: “Os partidos fazem parte de um todo (sistema político) pluralístico, acabam sendo muito mais canais de expressão do que de manipulação”.

Ao que parece, esta última conclusão melhor ficaria no âmbito da Filosofia Política, no campo do dever ser, já que a Ciência Política se ocupa apenas do ser. Realmente, da longa experiência, da vivência de situações político-partidárias de uns e da análise dessas experiências e vivências, feita por outros, é lícito concluir que o partido político não só manipula a opinião pública através de dispendiosa comunicação de massa, financiada por grupos interessados, como também conduz o processo eleitoral usando de expedientes criminosos, como o nosso famoso “ganha na urna e perde no pano”, ou os “Watergates” de várias modalidades ou, ainda, os “nacionalismos” exacerbados a serviço de interesses alienígenas antinacionais, em voga há tão pouco tempo.

Ao fim, há que concluir que todos têm razão: Maquiavel, Bolingbroke, Voltaire, Hume, Burke, Jefferson, Washington, os patriotas, Madison, Benjamin Constant e os contemporâneos quando, unanimemente, admitem que os partidos são um mal necessário. Mas, aqui ficam uma constatação e uma indagação:

A capacidade de fazer o bem ou o mal aumenta com o desenvolvimento da tecnologia.

O mal provém dos partidos ou do próprio homem, que utiliza inescrupulosamente, ao sabor de suas ambições, todos os maravilhosos instrumentos que ele mesmo cria e com os quais se destrói?

A Revista UNIFA, ao transcrever a Ordem do Dia do Exmo Sr Cmt do COMGAR, o faz movida não só pelo apreço e admiração ao seu ilustre autor, mas, também, porque identifica no seu conteúdo a mensagem objetiva e clara, segura e sensata, otimista e realista que bem interpreta a perfeita visão de quem — à frente do braço armado da Força Aérea — identificou problemas, solucionou-os ou equacionou sua solução. Esta mensagem, mais do que um ato de retórica formal, é uma síntese do que é, de como deve ser uma Força Aérea integrante de um Poder uno e indivisível; convicta das verdades levantadas desde Douhet, Mitchell e Seversky, e que a História tem comprovado serem basilares para a eficiente aplicação da força quando e onde se fizer necessário, seja em operações isoladas ou conjuntas; e harmoniosamente integrada às forças de superfície, cuja individualidade e importância foram tão bem definidas por MacKinder e Mahan. Tudo isto sem esquecer o valor do elemento humano que dá forma e vida à Instituição, bem como os princípios éticos e morais imprescindíveis aos que têm tamanha responsabilidade perante a Nação e dela recebem a indispensável autoridade para bem cumprir o encargo de mantê-la integrada, ordeira, ativa, soberana e próspera.

COMANDO GERAL DO AR

ORDEM DO DIA

Ten Brig do Ar PAULO ROBERTO COUTINHO CAMARINHA

Ao afastar-me do Comando-Geral do Ar, cumpro, uma vez mais, na longa trajetória militar, o dever da despedida.

E ao fazê-lo, volto meu pensamento para este mesmo local onde há 12 meses recebia a honrosa e difícil tarefa de preparar a FAB para o combate.

Estava cômico dos problemas a enfrentar, do trabalho a realizar e da importância do COMGAR no contexto do Ministério da Aeronáutica.

Nesta cerimônia, perante meus comandados, presto contas do trabalho realizado.

Procurei obter o consenso sobre variados e complexos problemas que nos impedem de alcançarmos pleno rendimento operacional e administrativo em nossa área de atuação. Adotei como lema, ser o julgamento do Comandante fruto da sabedoria coletiva dos assessores.

E com o apoio dos Comandantes dos Grandes Comandos e de jovens "veteranos" assessores do Estado-Maior do COMGAR chego, ao final desta gratificante e penúltima etapa de minha carreira, com a consciência do dever cumprido.

Este relacionamento e permanente convivência revelaram-se altamente positivos; criou-se ambiente de irrestrita confiança, que atingiu a todos os escalões, e estabeleceram-se as bases de um trabalho amadurecido e consciente.

Ao longo deste período, buscamos dinamizar e aumentar a eficiência dos fatores operacionais, ampliar as atividades de planejamento e acompanhar efetivamente, a nível Comando, os exercícios programados, sejam os isolados ou os em conjunto com as Forças Terrestres e Navais.

Significa dizer que não nos limitamos às simples atribuições e cumprimento de tarefas, mas sim, pela presença constante, a participar da orientação, análise dos resultados e realimentação dos Comandos subordinados.

Com o EMAER alcançamos notável entendimento. Evoluiu a participação da Força Aérea no exercício do EMFA, no plano básico de exercícios da Aeronáutica e em um sem-número de manobras e exercícios. Cooperamos na concepção da manobra da FAB que, após dez (10) anos, será realizada ainda em 86.

Quanto aos aspectos doutrinários de emprego da Força e de seu posicionamento nas complexas estruturas existentes, aperfeiçoamos a capacidade da Força de realizar operações independentes e combinadas e/ou conjuntas com as Forças singulares. Procurou o COMGAR equacioná-los de modo a possuímos uma estrutura de emprego de forças moderna, ágil e sobretudo simples, onde as ações do Comando, de coordenação e de controle, privilegiam a missão e seus resultados, relegando a segundo plano concepções já ultrapassadas.

Por estas razões, o COMGAR entende ser necessária a revisão de conceitos em benefício da Força e do País, a partir das seguintes idéias básicas:

1.º a estrutura militar de guerra é idêntica à estrutura militar de paz;

2.º a modificação da estrutura militar de guerra deve ser efetuada pela imposição da vontade do poder Aeroespacial, no sentido de mantê-lo unificado na paz e na guerra;

3.º o emprego da Força Aeroespacial não deve ser permitido como Força Auxiliar para complementar as ações principais e deve ser imprescindível e inquestionável fixar-se, no pensamento militar, que a vitória dependerá fundamentalmente da eficiência dos vetores aéreos.

Do mesmo modo, e com o pensamento voltado para uma Força Aérea eficiente e operacional, contribuimos para a revisão de nossa Doutrina Básica, cujos conceitos devem ser atualizados e caracterizados pela simplicidade.

É desta forma que concebemos nossa atuação como Comandante, convictos de que na ponta da linha estão nossas equipagens de combate e as equipes de apoio e manutenção, prontas a cumprirem seu dever com entusiasmo e espírito de sacrifício. Para elas, razão de ser da Força, estiveram voltadas diuturnamente nossa atenção e todo universo de nossas preocupações.

O tempo passou rápido. Do elenco dos principais assuntos afetos ao COMGAR e listados no início do meu Comando, solucionamos cerca de 80%.

Afasto-me, entretanto, confiante de que ainda poderei participar, no Estado-Maior, do salto que a Força Aérea Brasileira certamente dará para ocupar o lugar que lhe é devido como guardião do espaço aéreo, e um dos pilares da segurança e soberania nacionais.

Vivemos dias difíceis e de extrema

carência de meios aéreos.

Entendemos que uma Força adequadamente equipada necessita de vultosos recursos que certamente poderiam ser empregados no campo social. Estamos cientes dessa verdade, mas a sociedade precisa conscientizar-se da necessidade da existência de uma Força Aérea de combate compatível com a extensão territorial e a posição estratégica do País.

No campo das prioridades reivindicamos que a hora é também da Força Aérea.

Para mantermos a paz, devemos ser fortes e estarmos preparados para qualquer eventualidade.

O país que não busca o fortalecimento de seu poder aéreo comete uma política suicida.

Nossos tripulantes necessitam de equipamentos à altura de seu valor e da missão a cumprir.

Aos Comandantes dos Comandos Aéreos Regionais, COMAT, COMTA, COMDA, CATRE, seus Estados-Maiores e Organizações subordinadas, agradeço a colaboração, a eficiência demonstrada notadamente no planejamento e execução de manobras e exercícios. Enalteço o clima de disciplina, de mútuo entendimento, estreita colaboração e integração existentes, sem as quais teria sido impossível alcançarmos os objetivos pretendidos.

De todos quantos serviram no Quartel-General do COMGAR levo as mais gratas recordações e expresso os maiores agradecimentos pelo espírito de cooperação, perfeito conhecimento dos assuntos relacionados com as funções exercidas, prestando ao seu Comandante a mais decidida, esclarecida e leal colaboração.

Ao meu substituto, Ten Brig Cherubim Rosa Filho, formulo pleno êxito e felicidades no posto que assume. A sua visão de Força Aérea, sua formação de aviador e os cargos exercidos ao longo de sua carreira são garantia de sucesso à frente deste empolgante e complexo Comando.

Brig Rosa Filho, o Comando-Geral do Ar já está sob o Comando de V Exa. Seja feliz!

Por fim, ao Exmo Sr Ten Brig Octávio Júlio Moreira Lima, Ministro da Aeronáutica que honrou esta solenidade, presidindo-a e prestigiando-a com sua presença, com respeitosos cumprimentos, apresento a certeza de que no novo e importante cargo com que me distinguiu, tudo farei para ajudá-lo a levar a bom termo a difícil tarefa que o Governo lhe confiou.

UM NOVO CONCEITO DE GRUPO DE AVIAÇÃO

Condensado da Monografia do
Cap Av FRANKLIN NOGUEIRA HOYER

Nossa história começa após o pouso de duas aeronaves que regressam de uma missão acionada pelo Comando da Força Aerotática (FAT), a quem estão subordinadas; foi uma missão de Reconhecimento em território inimigo e todos os objetivos foram captados pelos seus sensores.

Após o processamento dos filmes e com as informações transmitidas pelas equipagens, é feito um complexo relatório de objetivo, endereçado, pelo Comando do Grupo, à FAT. Este relatório é decisivo e o Comandante da FAT expede uma nova Ordem Fragmentária, determinando o ataque àqueles objetivos. A ordem é dada ao mesmo Grupo que executou o Reconhecimento. Aquelas aeronaves utilizadas anteriormente, agora compondo uma Esquadrilha de Ataque, decolam armadas e municadas para destruir o objetivo.

Naturalmente, hoje, isto não passa de exercício de ficção, mas, em breve, será possível, após a entrada em serviço do Caça-Bombardeio ítalo-brasileiro, "AM-X", capaz de executar missões de Reconhecimento, bem como de Caça Bombardeio, sem modificações estruturais. A única diferença entre as duas versões será a "munição" empregada: bombas ou filmes. Esta capacidade poderá otimizar nossos meios aéreos.

Vejamos, então, como surgiram o projeto "AM-X" e as suas qualificações operacionais para melhor comprovarmos a viabilidade e a necessidade dessa otimização.

O "AM-X" surgiu, inicialmente, da exigência de reequipamento da Força Aérea Italiana (FAI), pois a espinha dorsal de sua aviação de combate, os "G91" e os "F104" estão no final de sua vida útil. Os estudos começaram em 1970 e seguiam a seguinte linha de ação:

- um interceptador qualquer tempo, baseado no "F 104/S" (remodelados);
- uma aeronave de bombardeio/reconhecimento qualquer tempo, baseada no

"MRCA Tornado";

- um caça-bombardeio leve, otimizado para Reconhecimento e Apoio Aéreo aproximado, capaz, também, em algumas situações particulares, de complementar as operações do "F 104/S" e do "Tornado".

Os principais requisitos deste último vetor foram assim definidos:

a) - Um Caça-Tático leve, capaz de, primariamente, atuar nas tarefas de interdição¹, apoio aéreo aproximado² e reconhecimento;

b) - Secundariamente, integrar as operações do "Tornado" na interdição a longas distâncias e Defesa Aérea de Teatro de Operações, (TO) em missões de interceptação a baixa e muito baixa altitude.

Paralelamente, o Brasil desenvolvia estudos próximos a estas definições e um acordo de cooperação não tardou, pois já existiam fortes laços entre o Brasil e a Itália neste campo. Como resultado de contatos entre as Forças Aéreas do Brasil e da Itália, em março de 1980, foi assinada uma "Declaração de Princípios", a nível de governo. Nesta declaração, ambos concordaram com a adequabilidade para pôr em prática o programa "AM-X", num regime de mútua cooperação, a fim de limitar os gastos com estudos e desenvolvimento, assim como realizar troca de informações técnicas e experiências. Em março de 1981, foi assinado um "Memorando de Entendimentos - Linhas Gerais para a Definição, Desenvolvimento, Produção e Apoio Logístico de um Programa Conjunto de uma Aeronave de Caça-Bombardeio e Reconhecimento Leve". Enfim, em outubro de 1981, um segundo "Memorando de Entendimento - Fase de Definição do Programa de uma Aeronave" foi assinado, sendo criado um Grupo de Trabalho binacional para supervisionar o Programa. Nasceu o "AM-X".

O projeto se desenvolveu e, hoje, temos uma aeronave monoplaca (apenas um assento), monomotor, asa média/alta, não inteiriça. A cauda é formada por um estabilizador horizontal (superfície horizontal, com uma asa menor, situada na cauda dos aviões), totalmente móvel, e um estabilizador vertical (superfície vertical da cauda dos aviões) composto de parte fixa e um leme direcional.

Sua asa possui modernos sistemas de contro-

1 Interdição é a ação realizada para destruir, neutralizar ou retardar forças de superfície inimigas, antes que elas possam ser empregadas, e para restringir a mobilidade ou interromper as suas linhas de comunicação. (MMA-950-1)

2 Apoio Aéreo Aproximado é a ação aérea a alvos hostis situados nas proximidades das forças amigas e que requerem a integração detalhada de cada missão aérea com o fogo e o movimento daquelas forças. (MMA-950-1)

le que possibilitam boas condições de manobra em toda sua gama de velocidade. Estes foram projetados de modo a atender aos seguintes modernos requisitos operacionais:

- um único tiro de 12,7 mm não poderá comprometer o controle da aeronave;
- a missão deverá ser cumprida, mantendo boa manobrabilidade, mesmo após uma primeira falha elétrica ou hidráulica;
- O retorno para a Base de origem ou alternativa deverá ser possível, mesmo após uma segunda falha elétrica ou hidráulica.

Seu motor, um "Turbofan Rolls Royce Spei MK 807", fornece-lhe um empuxo estático de 11.285 libras.

Sua fuselagem (corpo da aeronave) foi otimizada de modo a obter máxima capacidade em termos de volume, máxima eficiência aerodinâmica, além de atender os requisitos de manutenção e baixa vulnerabilidade. Entre outros equipamentos instalados em sua fuselagem, destacamos os de contramedidas eletrônicas (CME, destinados a interferir nas emissões de radar feitas pelos inimigos, impossibilitando a detecção do avião pelos mesmos), os "pallets" (sistema deslizante sobre roletes ou roldanas, de forma compartimentada, a fim de facilitar o seu armamento e/ou desarmamento) e, ainda, os de reconhecimento que, com seus arranjos de câmeras, predeterminados, permitem uma rápida troca, utilizando-se, assim, o mais conveniente ao tipo de operação efetuada.

O sistema de navegação e ataque (NAV/ATQ) fornece os dados para o sistema de pontaria e, também, para o sistema fotográfico.

Em consequência, será uma das poucas aeronaves da atualidade, capaz de realizar, ao mesmo tempo, missões de ataque e reconhecimento. Isto se deve ao fato de o sistema fotográfico estar instalado num compartimento que se localiza na parte inferior da fuselagem, não interferindo, de modo algum, no sistema de armamento e vice-versa. Até agora, há apenas versões de reconhecimento de aeronaves de caça. Como exemplo, podemos citar: o "RF-4", o "RF-5", o "SAAB VIGGEN". Há, entretanto, aeronaves exclusivas de reconhecimento, como o "SR-71" e o "TU-2".

Pela importância estratégica, recursos naturais e extensão territorial de nosso país, a Força Aérea Brasileira certamente está subdimensionada; por outro lado, sabemos também o quanto iria significar para as nossas finanças um maior gasto com equipamento aéreo. Daí, a necessidade de maximizarmos recursos materiais, a fim de obter o melhor resultado

possível com os mesmos.

Seguindo os padrões atuais, os Esquadrões que receberem os "AM-X" terão suas dotações próprias; assim, os aviões das Unidades de Caça só farão missões típicas de caça e os das Unidades de Reconhecimento, as diversas modalidades de reconhecimento, apesar de as aeronaves serem idênticas. Se formamos, porém, Grupos de Aviação mistos, compostos por Esquadrões de Caça e de Reconhecimento, as aeronaves não pertencerão aos respectivos Esquadrões e, sim, ao Grupo e serão usadas indistintamente. Caberá, então, ao Grupo determinar a disponibilidade dos meios aéreos, para cada Esquadrão, de acordo com as necessidades dos mesmos. Logo, uma vantagem surge, uma vez que uma aeronave pode estar indisponível para missões de caça e disponível para missões de reconhecimento (e vice-versa).

Num segundo prisma, teríamos:

- Padronização no emprego do "AM-X";
- Alívio dos encargos administrativos dos Esquadrões;
- Melhor aferição dos padrões de eficiência dos Esquadrões;
- Manutenção integrada no nível Base.

Na "United States Air Force (USAF)", a Força Aérea Americana, os Esquadrões de Reconhecimento realizam, apenas, suas missões específicas. Esta solução é a adotada, atualmente, pela FAB. Vale lembrar que a instrução inicial de reconhecimento tático, dada aos pilotos brasileiros, foi ministrada por instrutores americanos.

Na "Royal Air Force (RAF)", a Força Aérea Britânica, os Esquadrões que operam o caça-bombardeio "Jaguar" realizam missões de Reconhecimento e Ataque com a mesma equipagem.

Diferente dos casos acima, esta proposta consiste numa solução híbrida, onde teríamos os aviões realizando ambas as missões, porém, com tripulações específicas. O mesmo piloto não deve realizar os dois tipos de missões, sob o risco de pulverizarmos horas de voo empenhadas no seu treinamento e não obtermos a proficiência requerida por uma moderna Força Aérea. É muito difícil, senão impossível, um piloto voando em média 200 horas anuais, com um leque tão amplo de missões, poder desenvolver um treinamento que possibilite atingir um bom desempenho.

A criação destes grupos é possível em função das características do "AM-X" e atende a uma situação de baixa disponibilidade de meios aéreos ofensivos. É uma solução dentro da Doutrina de Emprego e da Legislação vigente na FAB.

O OFICIAL ESPECIALISTA NO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

“O ELO PERDIDO”

Por: Aprígio Eduardo de Moura Azevedo - Maj Av

“Mas são tão comuns e diferentes as dificuldades humanas, e tão vários os fins e as ações, que uns — com desejo de glória — se aventuram; outros — com temor da infâmia — não se atrevem a publicar aquilo que, uma vez revelado, há de sofrer o julgamento do povo. (...)”

Assim como a ousadia e a coragem de um poderiam condenar-se pela licença demasiada que concede a si mesmo, o receio e a tardança do outro são viciosos: pois tarde ou nunca serve, com o fruto de seu engenho e estudos, aos que esperam e desejam ajudas e exemplos para prosseguir em suas atividades. ”

(Miguel de Cervantes Saavedra — A GALATÉIA)

I — INTRODUÇÃO

No século passado, quando estava tão em voga a discussão das idéias de evolução, defendidas por homens como Darwin, Lamarck e tantos outros, nasceu uma expressão que criou corpo e força para sobreviver ao passar do tempo: “O ELO PERDIDO”.

Àquela época, queria traduzir o pensamento dos que estudavam a evolução do homem, quando se deparavam com o abrupto degrau que separa a escuridão irracional, da luz radiante da racionalidade — aquele preciso momento da descoberta da possibilidade de utilização de uma queixada como arma de ataque e defesa, tão bem mostrado por Stanley Kubrick na sua obra-prima: “2001 — Uma Odisséia no Espaço”.

Hoje, longe de quereremos estar próximos à profundidade dos estudos dos pesquisadores de outrora, fazemos uso dessa idéia para pôr em discussão um assunto que reputamos de extremado interesse para a Força Aérea Brasileira.

Sabemos que, em novembro de 1980, foi assinado o decreto-lei N.º 85.429, determinando

que, a partir daquela data, estava extinto o Curso de Formação de Oficiais Especialistas da Aeronáutica. Com isso, o ano de 1982 passou a ser o marco a separar os Oficiais formados na Escola de Curitiba, em curso com dois anos de duração, e com carreira assegurada até o posto de Tenente-Coronel na ativa, daqueles que passaram a ser promovidos do meio dos Suboficiais e 1.º Sargentos, pelo processo de merecimento conceitual, após estágio de dois meses no CIEAR e com o posto máximo de Capitão. Através da sistemática em vigor, Suboficiais já foram guindados ao oficialato, formando o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica.

É nosso intuito desenvolver algumas idéias e formular pontos de vista que, sem terem a pretensão de crítica, propõem, acima de tudo, uma análise fria da formação que julgamos necessária para os Oficiais Especialistas, procurando enfatizar, principalmente, sua interação com a Força.

II - UMA APRESENTAÇÃO

Em 1980, tivemos oportunidade de travar contato com a carismática unidade do Campo do Bacacheri, onde, até então, se formavam os Oficiais Especialistas da Aeronáutica. É interessante observar que, na primeira aproximação, havia a “certeza”, de nossa parte, de que conhecíamos o problema do Oficial Especialista dentro de nossa organização. Cedo vislumbramos o engano. De imediato, descobrimos que muito havia a aprender e discutir. Chegara a hora de abandonar o barco dos que se davam por satisfeitos com o “ouvir falar”; era o momento adequado para arregaçar as mangas e descer ao fundo do poço.

Retrocedendo ainda mais no tempo, encontramos-nos durante seis anos na “graxa” do 1.º/4.º GAv, em Fortaleza, onde aprendemos a sentir a vital importância dessa comunidade na FAB. Representa, na verdade, o **elo de ligação** entre o que vê o avião, como operador e executante da atividade-fim, e aquele que “faz o avião”, como técnico da atividade-meio.

Somos, numa apresentação formal, o Oficial Aviador, empregando a máquina como arma de guerra, com todos os apetrechos que lhe convém e o Oficial Especialista, por sua vez, gerenciando

o meio, para fazer funcionar, com “azeite”, os sistemas dos quais depende o fim.

Falemos do segundo protagonista apresentado.

Esse técnico de nível superior, ao longo de 30 anos, foi formado pela Escola de Oficiais Especialistas da Aeronáutica, tratada, por força do uso, como Escola de Oficiais Especialistas e Infantaria de Guarda, não obstante a portaria N.º 396/GM3, de 17 de julho de 1979, que modificou sua denominação. A instrução ali ministrada, nas mais diversas especialidades, objetivava elevar o nível do profissional para uma visão entre humana e sistêmica — utilizando a linguagem de Recursos Humanos — das atribuições de um especialista.

Aqui vale uma observação: a palavra especialista - é interessante notar - tem uma conotação diferente no seio da Força Aérea Brasileira; ao invés de enaltecer, estigmatiza. Razões para o enaltecimento encontram apoio em uma definição na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, que diz: “pós-graduação (especialização), lato sensu, refere-se a todo e qualquer curso, também em segmento à graduação, com objetivo técnico-profissional específico, sem abranger de modo mais profundo a área de conhecimento em que se insere a especialidade” e objetiva preparar profissionais de nível elevado. Sobrevém, contudo, o estigma, por parte daqueles que acreditam que a capacidade individual possa ser avaliada pela simples denominação convencional daquilo que somos. É necessário, portanto, em primeiro lugar, “clarear as idéias” para podermos, então, emitir conceitos e opiniões.

Com relação à elevação de nível sobre a qual estamos discorrendo, vamos usar o exemplo do Estado de Israel, que se impôs aos Estados Árabes, como tão sobejamente sabemos, porque preparou suas Forças Armadas de tal forma que “cada Soldado fosse um artífice, cada Sargento, um técnico e cada Oficial, um engenheiro”. É desse último grupo que estamos tratando.

Vem de longe a discussão sobre como deve ser a formação do quadro de Oficiais da FAB. Muito se disse, muito se escreveu e os desgastes, que não foram poucos, continuam hoje. Já em 1959, em publicação na revista Aeronáutica N.º 06 Set/Out, o então Major-Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo dizia algo a propósito, tão atual, quanto o era há 20 anos atrás: “Não

são, aliás, apenas as exigências do equipamento bélico que justificam o alto nível cultural do Oficial, mas, também, o conceito de guerra total, envolvendo a mobilização das elites civis. Assim, terá o Oficial que se impor como líder, não apenas perante seus subordinados de carreira, mas, também, perante as elites civis, mobilizadas para a guerra, integradas por cientistas, engenheiros, médicos e outras personalidades de grande saber. (...) A importância da missão atribuída ao Oficial, exigindo dele aprimorados requisitos morais, humanísticos, sociais e profissionais, requer cuidados especialíssimos durante a fase de formação”.

Neste campo do pensamento, onde formulamos algumas idéias, parece-nos claro que uma formação acadêmica planejada, partindo de um exame de seleção feito dentro do círculo dos graduados, é de todo imprescindível: primeiro, porque pinça, através de concurso, os mais capazes (é bom que se faça alerta: em dados estatísticos levantados na EOE Aer, em 1981, ficou demonstrado que não eram apenas os graduados de “gabinetes” que conseguiam o intento de ingressar naquela Escola; pelo contrário, o número daqueles oriundos da “graxa” era expressivamente maior, comprovando, tão-somente, uma verdade reconhecida por todos — o homem tem como medida a própria vontade de vencer); segundo, porque autentica, via de regra, a ascendência destes sobre o meio de onde vieram, com uma importante ressalva: continuam a comunicar-se na “mesma língua”; terceiro, porque é o caminho lógico para a utilização de homens com pouca idade, que além de serem mais receptivos ao aprendizado têm, ainda, muito a render para a Força, no correr da vida profissional.

III - A INSTRUÇÃO

O que se estava fazendo, nos últimos anos de operação da EOE Aer, na área da instrução propriamente dita, para a elevação do nível dos seus alunos? Para responder a essa pergunta, vamos tomar como exemplo o Curso de Armamento, boa amostra do que era feito para ministrar conhecimentos à altura da evolução tecnológica hodierna.

Curso de Armamento — A Força Aérea Brasileira, a fim de ir ao encontro da missão que lhe foi atribuída pela Constituição, tem busca-

do um permanente estado de prontidão, que se caracteriza pela sua capacidade de pronta resposta. Isto só tem sido possível graças a uma perfeita integração dos meios materiais e humanos disponíveis.

O Oficial Especialista em Armamento deve atender às necessidades humanas da Força no que diz respeito ao controle, manutenção, preparação, aplicação e assessoramento técnico de todo o seu acervo bélico.

O seu preparo técnico-especializado capacita-o a desempenhar suas funções, de forma a oferecer:

- controle do material bélico que retrate, a qualquer momento, a situação geral de estoque e sua localização, facilitando a determinação dos fatores de planejamento necessários a uma rápida e oportuna aplicação;
- manutenção que atenda e garanta a confiabilidade das armas;
- preparação dos artefatos bélicos, de modo a causar os danos desejados;
- assessoramento técnico desse acervo bélico, desde a participação no adestramento e formação das equipagens de combate nas unidades aéreas, até o nível de "staff" nas Diretorias, Comando Aerotático e Parques.

No Curso de Armamento, na EOE Aer, durante o 1.º ano, o aluno recebia base científico para no 2.º ano enfrentar o estudo técnico-especializado. Senão vejamos:

— **Disciplina Visores e Bombardeios:** tratava dos aparelhos de visada para emprego em ataques Ar-Superfície e em combates aéreos. Ensinava, também, o bombardeio horizontal de altitude — com emprego garantido no tão almejado Poder Aeroestratégico.

— **Química dos Explosivos:** proporcionava conhecimentos sobre leis fundamentais da química dos explosivos e dos agressivos químicos militares, assim como dos métodos de obtenção.

— **Técnica em Armamento:** cobria a área da preparação e aplicação das armas não-nucleares, dando noções sobre planejamento da Força, vulnerabilidade dos alvos, seleção das armas e precisão no lançamento dessas armas.

— **Balística e Tiro:** aplicava as leis e princípios que regem a balística interna e externa

dos projéteis lançados de aeronaves em combate.

— **Engenhos autopropulsados:** tratava de todas as armas autopropulsadas, desde os foguetes de aviação até os sofisticados mísseis em serviço ativo na Força Aérea Brasileira. Vale lembrar que já temos uma indústria em rápido desenvolvimento, especificamente, nesse campo das armas de guerra.

Administração de Material Bélico, Inglês Especializado, Inspeção e Segurança de Munição e Explosivos eram disciplinas cujos títulos elucidavam o conteúdo.

No interesse de atingir sua finalidade, aquela Escola proporcionava aos futuros Oficiais Especialistas em Armamento, um estágio, no labor, em Parques de Material Bélico e em Unidades Aéreas de Aviação de Caça.

O curso dedicava-se, ainda, à formulação de uma filosofia de organização e emprego das armas, constantemente sujeitas às dinâmicas influências do progresso técnico, de modo a aplicá-las com o máximo de economia de meios e esforços. O desenrolar do curso era apoiado em uma doutrina básica, que refletia a realidade e características dos recursos disponíveis e do ambiente operacional existente. Entendia-se que isso fosse um pré-requisito para a sobrevivência nacional, quando da aplicação do Poder Aéreo. Dessa maneira, formava-se o Oficial tecnólogo para uma Força Aérea moderna, onde ele ocuparia o espaço (elo) entre o alto nível da concepção (engenheiro) e o nível de execução da manutenção (sargento) ou seja, entre a complexidade da pesquisa e do fabrico e a necessária simplicidade do manuseio e aplicação dos itens bélicos da atualidade.

IV - O HOMEM E A FAMÍLIA

Um dado importante que passava despercebido, quando se olhava para o então aluno da EOE Aer, dizia respeito a seu "modus vivendi", à época da matrícula naquela Escola. Normalmente, apesar de jovem, já tinha família constituída e, se não era estabilizado, estava a caminho da estabilização. Esse último fato dá o grau do valor do homem, que tem o destemor de começar tudo de novo, para galgar mais um patamar como profissional e pessoa humana.

VI - UMA PROPOSTA

À luz de todo o raciocínio já desenvolvido, é hora de apresentarmos uma proposição que, longe de pretender servir como verdade única ou esgotar o assunto, visa levantar "a ponta do véu", com intuito de sensibilizar os que possuem poder de decisão para que se busque uma solução para o problema aventado.

Nosso ponto de vista, então, de forma clara e sem rodeios, é simples: **reabramos a antiga ou criemos uma nova** (não nos compete o mérito da questão) Escola de Formação de Oficiais Especialistas da Aeronáutica. Vamos usar todos os ensinamentos aprendidos nos tempos passados para corrigir o que for necessário no presente; vamos adicionar o que houver de moderno e aplicável nessa (re) nova (da) estrutura, com vistas ao aprimoramento do trabalho atual; utilizemos a experiência daqueles Oficiais remanescentes da antiga escola, que ainda estão "por perto", para não perdermos o fio da meada do caminho a ser seguido nesses novos tempos; façamos reviver o espírito de crescimento pessoal e autodesenvolvimento profissional nos nossos graduados recém-formados que, jovens ainda, podem ascender na escala social, dependendo, exclusivamente, dos esforços próprios e, dessa forma, trazendo, inquestionavelmente, lucros imensuráveis para a Força. Não podemos dizer que é uma alternativa inteligente de nossa organização insistir em trabalhar com pessoal sem perspectiva de evolução na carreira, em tempo hábil (em busca da estima e auto-realização, lembrando Maslow) e, além disso, sem condições de acompanhar o desenvolvimento presumível da nossa estrutura organizacional. Enfim, a tese defendida é que devemos trabalhar com um quadro de pessoal altamente qualificado e competente, para que a Força possa estimulá-lo à altura.

VII - CONCLUSÃO

Certamente, assuntos polêmicos são a mola que impulsiona a discussão positiva, o diálogo franco, o buscar contínuo das soluções, procurando atender os anseios de todos. Vale dizer que é preciso cuidado para evitar o bloqueio da mente — tanto no sentido do apego radical às idéias antigas, quanto a uma visão

tão-somente imediatista e aparentemente correta. No dizer do velho Ike: "A doutrina do imediatismo, tantas vezes aplicada para a tática, é perigosa para ser empregada na estratégia."

Assim, temos de convir que o assunto merece estudo profundo e questionador, para que seja certa a decisão final. E no campo da Educação, é bom lembrar, curto prazo significa **uma geração**, cuja formação pode atender às necessidades de alguns curtos anos, mas certamente pode, também, causar dificuldades seriíssimas num futuro mais dilatado.

Ao longo desta exposição, vimos que haviam sido dadas correções a alguns dos problemas cruciais que existiam, qual sejam, por exemplo, assimilação do novo estágio profissional e social, através da elevação do nível familiar já comentado. Os cursos específicos foram aprimorados, no sentido de atingir, realmente, as necessidades da Força como um todo e dentro de cada especialidade. O mais importante, contudo, é que dessas modificações, (que só elas merecem outro trabalho), já estava havendo "feedback" positivo, o que, além de dar valor ao trabalho desenvolvido, mostra que muito mais se poderá fazer, partindo do que conhecemos, sem a necessidade de "começar tudo de novo", como se nada tivesse existido.

VIII - BIBLIOGRAFIA

ARARIPE MACEDO, Joelmir Campos. **Formação do Oficial - Problema básico da Força Aérea**. Revista Aeronáutica. Rio de Janeiro, set/out. 1959.

BALDWIN, Hanson W. **Batalhas ganhas e perdidas**. Trad. do Cel. Álvaro Galvão. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1978.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**. São Paulo, Atlas, 1980.

ESCOLA DE OFICIAIS ESPECIALISTAS DA AERONÁUTICA. Departamento de Ensino. **Ensino na FAB - Estudo interno**. Curitiba, 1981.

LEI N.º 4.024. **Diretrizes e Bases**, 20 de dezembro, 1961.



O BREVE CATECISMO DOS ESTRATEGISTAS

SEIS QUESTÕES SEM RESPOSTAS

(Conferência efetuada por Philip A. Crowl, em 06 de outubro de 1977, na Academia da Força Aérea dos Estados Unidos)

Adaptação: Ten Cel Av LUIZ FERNANDO BARBEDO

Primeiramente, permitam-me trazer as saudações da Escola mais antiga à Academia da mais jovem arma da Nação. A Escola de Guerra Naval dos Estados Unidos, a qual sinto-me honrado em representar diante desta distinta audiência, foi fundada em 1884, portanto, 93 anos atrás. Agora, antes que vocês desprezem este fato como sendo um simples "fato do passado", deixem-se lembrá-los de algo que pode ter escapado. É o seguinte: Quando esta instituição, a Academia da Força Aérea, celebrar seu 93.^o aniversário, alguns de vocês ainda estarão por aí. Nessa data, que eu calculo deve ocorrer pelo ano 2047, alguns de vocês ainda estarão vivos, ainda que decrépitos e, sem dúvida, com muitas lembranças enfadonhas daqueles velhos dias, em que a Academia da Força Aérea era jovem e grandiosa.

Eu mencionei isto apenas para chamar a atenção de vocês para este fato que pode passar despercebido, isto é, muito do que passa para a História hoje, se perde na memória dos homens vivos. O passado não é tão remoto como às vezes parece ser. Muitas coisas se desenrolaram, como vocês um dia compreenderão, apenas ontem.

A esta altura estão provavelmente esperando que eu me lance em uma ardente defesa do estudo da História, sua relevância e sua utilidade a vocês como cidadãos e como futuros Oficiais da Força Aérea. Historiadores profissionais como eu estão, provavelmente, ficando preocupados com este assunto, especificamente quando observamos os declinantes números dos matriculados em cursos superiores de História, bem como o declínio do mercado de monografias sobre História. Vocês ficarão aliviados, pois esta noite eu não pretendo entrar em nenhum argumento a respeito da relevância da História – mesmo porque eu penso que isto não é um problema. A utilidade da História é, assim me parece, auto-evidente, e eu não fui convocado para defendê-la. História é simplesmente a memória gravada. Pessoas sem memória são mentalmente doentes. Assim também são noções, sociedades ou instituições que rejeitam ou negam a relevância de seu passado histórico.

A questão, então, não é se a História é útil, mas sim como ela é usada. Aqui, sim, há espaço para um honesto argumento! E desde que nós estamos preocupados, esta noite, com a formulação da estratégia militar, deixem-nos explorar por um momento como os estrategistas de gerações passadas têm, de fato, usado a História para seus propósitos práticos.

Há uma centena de anos atrás, nenhum estudante sério da arte da guerra teria sonhado em contestar a proposição de que a História tinha ensinado úteis lições aos praticantes militares. Naqueles tempos, quando os dogmas da Teologia foram abandonados em favor das certezas da ciência, foi mantido como axiomático que a História provia os dados reais dos quais podiam ser deduzidas as “científicas leis da guerra”. Essas leis podiam ser expressas como “os princípios da guerra”. E a busca desses princípios foi, nas palavras de Maurice Matloff, um historiador do Exército dos Estados Unidos, um esforço para “destilar, da grande massa da experiência militar de muitos séculos, simples mas fundamentais verdades para guiar os comandantes através da obscuridade da guerra”.

Essa foi a suposição básica do Comandante Alfred Thayer Mahan, que veio para a Escola de Guerra Naval logo após a sua criação, para ensinar História Naval. Como a maioria dos tão falados historiadores científicos do século XIX, Mahan acreditava firmemente que o estudo da História permitiria a descoberta de certos princípios imutáveis no campo das questões humanas, comparáveis às leis que governam o universo físico.

Ele acreditava, especificamente, que do estudo da História Naval emergiriam certos princípios de estratégia marítima, certas verdades permanentes de igual aplicabilidade hoje como ontem e amanhã como hoje. Ou, extraindo do primeiro grande trabalho de Mahan, *A Influência do Poder Marítimo Sobre a História, 1660-1783*: “Enquanto as várias condições da guerra variam de tempos em tempos com o progresso dos armamentos, existem certos ensinamentos na Escola de História, os quais permanecem constantes e que podem ser elevados ao nível de princípios gerais. Pela mesma razão, o estudo da História Marítima do passado será instrutiva, pela ilustração dos princípios gerais da guerra marítima”.

Agora, se Mahan foi ardente em sua pesquisa pelos princípios gerais de guerra para guiar os estrategistas navais, os estrategistas do Exército, em todo o mundo ocidental, o foram ainda mais na “Kriegsakademie” em Berlim, na “École Supérieure de Guerre” em Paris, e no “US Army War College” em Carlisle, Pensilvânia. Grandes esforços foram feitos para desenvolver um corpo de princípios gerais que, presumivelmente, governavam a conduta da guerra em terra. Mas se esses analistas militares concordaram que a História ensinou claras e úteis lições e que essas lições poderiam ser expressas em termos de leis científicas ou “princípios”, eles não concordaram necessariamente com respeito a que princípios eram esses, ou mesmo quantos eram.

O General suíço Jomini e o Marechal francês Foch, por exemplo, enumeraram quatro princípios cada um, mas suas listas guardavam pouca semelhança. Os manuais do exército, durante anos, adicio-

naram ou subtraíram princípios da lista oficial, e em 1968 estabeleceram o número de nove “verdades fundamentais que governam a condução da guerra”. Estas são, em ordem: Objetivo, Ofensiva, Massa, Economia de Força, Manobra, Unidade de Comando, Segurança, Surpresa e Simplicidade — todas devidamente inscritas no Manual 100-5 do Exército, em letras capitais, como as eternas verdades devem estar. Mas, como o próprio Manual assinala, estes princípios “podem tender a reforçar um ao outro, ou estar em conflito”. E, como historiadores oficiais do Exército admitiram, tanto a violação quanto a observância desses princípios tem levado a freqüentes sucessos no campo de batalha. Não é de admirar, então, que na mais recente versão do Manual FM 100-5 (1976), as referências específicas aos princípios de guerra foram omitidas completamente.

Portanto, somos levados a perguntar: “Até onde eles são bons?” ... ou foram? Devem ser eles olhados, realmente, como “verdades fundamentais”, ou são eles meros truísmos, pleonasmos viciosos, vazias e fúteis banalidades? O velho pronunciamento solene do Manual do Exército de Campanha de que “todas as operações militares devem ser direcionadas para um objetivo claramente definido, decisivo e atingível” é realmente muito mais útil do que a famosa afirmação de Calvin Coolidge de que “quando muitos homens estão fora do trabalho, o resultado é o desemprego”? Se isto é o produto final de anos de intensivo estudo de vários séculos de atividades bélicas, então quais são realmente as utilidades da História? Que valor prático, se houver algum, podem os líderes militares e civis deduzirem do estudo histórico da guerra, ou de suas causas e conseqüências?

Mas, na verdade, as leis científicas da guerra não podem ser deduzidas da História pela razão óbvia de que a História nunca se repete igualmente. O presente nunca é análogo ao passado, e aqueles que extraem simples analogias entre passado e presente estão predestinados ao fracasso. Mesmo Mahan, por toda sua dedicação em busca das verdades fundamentais, esteve consciente do perigo das analogias históricas. Embora ele acreditasse que existiam “certos ensinamentos nas escolas de História que permanecem constantes”, ele também alertou que, por causa das rápidas mudanças tecnológicas, “as teorias acerca da guerra marítima do futuro são quase que completamente presumíveis”. Ele alertou sobre a “tendência de não apenas de desprezar pontos de diferença, mas de exagerar pontos de semelhança” entre o passado e o presente. Em resumo, Mahan, por todo o seu esforço pa-

ra deduzir princípios de guerra do estudo da História Naval, foi, pelo menos, consciente de que o passado não poderia ser usado como um precioso instrumento de previsão.

Então por que nós, preocupados com as grandes questões de guerra e paz, estratégia e política, generalismo e estadismo, continuamos a estudá-la? Minha resposta não é o podemos prever o futuro com base no passado, porque na maioria das vezes não podemos. Minha resposta é, simplesmente, que o estudo da História nos auxiliará a formular as questões corretas para que possamos definir o problema — qualquer que seja ele.

Portanto o que me proponho a fazer é esboçar algumas das questões que a História sugere que os estrategistas devam perguntar antes de começarem uma guerra, ou antes de tomarem atitudes que possam levar a uma guerra, ou antes de empreenderem uma campanha de guerra, ou antes de terminarem uma guerra na qual já estão engajados. Por estrategistas denomino líderes militares e civis, a quem esta e outras nações têm confiado maior responsabilidade no processo decisório de assuntos dessa natureza, e em seus assistentes e auxiliares, entre os quais, sem dúvida, estarão incluídos alguns de vocês, algum dia.

Especificarei, então, seis perguntas, com variações em cada uma delas. O número é arbitrário e poderia, sem dúvida, ser facilmente ampliado, ainda que talvez não tão facilmente reduzido. Todas essas questões são sugeridas pela História da guerra e da diplomacia no mundo ocidental por mais de um século e meio.

A primeira e mais fundamental questão a ser levantada acerca de futuras e possíveis guerras ou outras ações militares é: “De que se trata”? Ou nas palavras do Marechal Foch, “De quois S'agit il?” Quais os interesses nacionais e objetivos políticos que serão servidos pela proposta ação militar? Até onde vai o valor atribuído a esses interesses e objetivos, e qual é o seu preço justo?

É, certamente, ao grande estrategista alemão Carl Von Clausewitz, que nós devemos a primeira formulação precisa do conceito que se encontra atrás desta questão. “Guerra não é passatempo”, escreveu Clausewitz, “é um meio sério para um fim sério... guerra... é um ato de política... guerra... é uma continuação da atividade política por outros meios... O objeto político é a meta, a guerra é o meio de atingi-lo... guerra não deve ser pensada como algo autônomo, mas sempre como um instrumento da política... guerra é simplesmente uma continuação do in-

tercurso político com a adição de outros meios... sua gramática, realmente, pode ser sua própria, mas não sua lógica..."

Portanto, quando a possibilidade de guerra se apresenta, os líderes políticos e militares devem se perguntar: "Quais objetivos políticos específicos serão servidos por ir à guerra; quais interesses nacionais específicos exigem a perseguição destes objetivos; estes interesses e objetivos valem o preço de uma guerra?"

Tenho dito que os líderes militares e políticos devem levantar esta questão, porque frequentemente eles não o fazem e, quando isto ocorre, o resultado final pode ser desastroso.

Deixem-nos tomar o exemplo da Alemanha, em 1914. Por que o Kaiser e seus assessores optaram pela guerra em duas frentes contra a França e a Rússia? A despeito do fato de que eles reclamassem serem vítimas do cerco, os alemães não sofriam nenhum claro e presente perigo de ataque por parte de nenhum de seus vizinhos quando a crise de julho eclodiu. Seu domínio na Europa Central era inquestionável; eles eram, em essência, um "Poder Saciado". Não obstante, eles deram aos seus aliados austríacos um "cheque em branco" para fazer excessivas exigências na Sérvia, as quais podiam somente conduzir a Rússia, aliada da Sérvia, a desenvolver ações militares, que quase inevitavelmente levariam a uma guerra generalizada. Por quê? A resposta final tem iludido historiadores por mais de sessenta anos. Foram os alemães impotentes para manter a Áustria em cheque? Não, realmente. Os compromissos sobre a questão da sensível região dos Balcãs tinham sido resolvidos antes, e podiam ter sido resolvidos novamente. Estavam eles desejando a posse de colônias francesas ou inglesas em outros continentes? Sim, mas não o suficiente para ir à guerra por causa de poucas longíquas colônias na África e Ásia. O descontentamento interno era tão inquietante para a liderança alemã, a ponto dela aceitar a guerra como um instrumento para provocar um curto-circuito na agitação social? Alguns historiadores têm sugerido ser esta uma resposta, mas não convincente. A resposta, creio, é que simplesmente o Kaiser e seus assessores diretos, especialmente os militares, foram estúpidos. Faltou-lhes a inteligência para analisar os custos e benefícios da guerra em que eles tão levianamente embarcaram. Eles negligenciaram seriamente a questão fundamental: "Qual é o objetivo e qual o seu valor?"

"Estúpido" não é a palavra que alguém aplicaria a nossos próprios líderes e seus assessores que

decidiram sobre a mudança em uma guerra generalizada no Vietnã.

Eles foram, nas irônicas palavras de David Halbrestart, "os melhores e os mais brilhantes" de sua geração. Mas certamente as suas falhas também foram de ordem intelectual, que dão suficiente atenção a pergunta: "De que se trata?" Quais foram nossos objetivos nacionais e quais interesses nacionais estavam em jogo? Isto nunca foi esclarecido naquele tempo e ainda não é nos dias de hoje. Foi, primeiramente, para conter a expansão do comunismo monolítico Sino/Soviético cuja marionete era Ho Chi Min? Este foi certamente o mais largamente propagado de nossos objetivos. Mas, era Ho Chi Min, realmente, uma marionete de Moscou e Pequim? Possivelmente, mas não foi provado. Com respeito ao comunismo monolítico, por volta do início da década de 1960, já estava se tornando evidente que o bloco Sino/Soviético estava se rachando. Estávamos sob a obrigação de tratados para intervir maciçamente no Vietnã? Absolutamente não. Nem como membro na ONU nem como membro na Organização do Tratado do Sudeste da Ásia nos exigiam que assim fosse feito. Tinham os Estados Unidos algum interesse vital no Sudeste da Ásia? Não era aparente, nem sob o ponto de vista estratégico nem econômico. Certamente nós não tínhamos nenhum envolvimento histórico naquela região. Os franceses haviam abandonado a área. Por que deveríamos nos mudar para lá? O Presidente Eisenhower tinha alertado que, se o Vietnã caísse em mãos comunistas, o mesmo poderia acontecer nas outras nações do Sudeste da Ásia, tal como uma "fileira de dominós". O problema com a teoria do dominó é que na melhor das hipóteses ela foi altamente conjectural, e na pior ela pedia uma pergunta, esta sendo: "Quais são os interesses vitais americanos que necessitam proteção dos dominós caídos?" Por fim, os defensores do nosso envolvimento militar no Vietnã tiveram que recorrer ao argumento de que a credibilidade e a honra nacional estavam em jogo; que, tendo criado a República do Vietnã, nós estávamos moralmente obrigados a preservá-la; que, tendo dispendido tanto sangue e riquezas no Vietnã, nós estávamos sob a obrigação moral de nos tornar bem sucedidos. Estas podem ter sido legítimas razões para lutar no Vietnã, uma vez que nós estávamos profundamente envolvidos. Realmente, estas são as razões que me persuadiram a apoiar a continuação da guerra até uma conclusão aceitável. Mas elas não são razões válidas para o nosso envolvimento inicial. Nossa honra e credibilidade nacionais não estavam em jogo até que nós as colocamos. Não houve ne-

nhuma essencial necessidade de tê-lo feito. Tivessem o Presidente Kennedy ou o Presidente Johnson os seus assessores pensado nos prováveis custos e benefícios do nosso envolvimento militar inicial no Vietnã, parece altamente duvidoso que eles teriam agido da maneira como o fizeram. Eles negligenciaram a perguntar as questões corretas.

A segunda questão para os estrategistas não diz respeito à decisão de ir à guerra, mas sim aos métodos próprios de lutar a guerra quando esta se inicia. Supondo que uma nação em guerra tem alguns objetivos racionais, a questão seguinte é: "Está a estratégia militar nacional adequada para atingir os objetivos nacionais políticos?" O que esta questão sugere é que existe uma estreita correlação entre os fins políticos da guerra e os meios militares empregados para atingir esses fins.

Um dos grandes mestres na realização de tal correlação foi certamente Count Otto Von Bismarck. Tomemos a guerra austro-prussiana como exemplo. O propósito de Bismarck, ao provocar a guerra com a Áustria, era consolidar os vários estados separados da Alemanha dentro de um império sob dominação prussiana. Para consegui-lo, as pretensões da velha Áustria de liderar os povos de língua germânica tinham de ser eliminadas. Uma derrota militar decisiva seria suficiente para diminuir o prestígio austríaco até a um ponto onde a Prússia poderia facilmente estabelecer sua proeminência. E quando, de fato, os prussianos derrotaram o exército austríaco em Koniggratz, Bismarck simplesmente encerrou a guerra. Os generais prussianos queriam prosseguir na vitória, marchar sobre Viena e humilhar os austríacos e seu imperador. Mas Bismarck vetou a proposta pela simples razão de que ela era redundante. O objetivo da guerra tinha sido atingido e era agora mais útil cultivar a boa vontade dos austríacos do que prolongar as hostilidades. Bismarck compreendia perfeitamente bem que os inimigos de hoje podem se tornar os amigos de amanhã e vice-versa.

O mesmo não pode ser dito de Franklin Roosevelt, em 1945, quando a vitoriosa campanha contra a Alemanha de Hitler estava chegando ao fim. Certamente os exércitos de Eisenhower foram capazes de penetrar mais profundamente em direção ao leste dentro da Alemanha e da Tchecoslováquia, o que na realidade não fizeram. Mas nem Roosevelt, nem seu sucessor Harry Truman ordenaram que o General assim o fizesse. Na falta de uma direção política para que fizesse o contrário, Eisenhower parou no Rio Elba e negou a permissão ao General Patton para prosse-

guir para Praga. Ele sentia-se plenamente justificado nessa decisão pelo campo puramente militar e apenas nesse campo ele estava provavelmente correto. Não obstante, naquele tempo já era claro para muitos, que havia boas razões políticas — mais do que absolutamente necessário — para impedir os exércitos soviéticos de invadirem a parte central da Europa. Como Churchill colocou: "Eu suponho ser altamente importante que devamos cumprimentar os russos tão ao leste quanto for possível".

Não obstante, Washington recusou reconhecer a idéia de que a política deve dominar a estratégia e o General Marshall foi ainda mais longe com respeito a mostrar-se resistente à liberação de Praga pelos aliados ocidentais, argumentando que "ele estava reticente a pôr mais vidas americanas em perigo por propósitos puramente políticos". Realmente, esta é uma curiosa afirmação de experimentado soldado/estadista, tal como George C. Marshall. Alguém poderia perguntar: "Pelo que mais foi a guerra conduzida, se não por propósitos políticos?". A confusão entre fins e meios, que a afirmação de Marshall sugere, pode estar provavelmente baseada na declaração pública de Roosevelt de que o único objetivo da guerra era "Rendição Incondicional". Ele fez esta declaração em Casablanca, em janeiro de 1943. Dali em diante ele deu pequena importância ao equilíbrio do poder na Europa no pós-guerra. A doutrina de "Rendição Incondicional" tendeu a cegar Washington para a probabilidade de que a total remoção da ameaça germânica neste equilíbrio, automaticamente, levantaria outra ameaça vinda da União Soviética. Este foi um erro que Bismarck jamais teria cometido.

A terceira e mais difícil questão que os estrategistas devem levantar é: "Quais são os limites do poder militar?". Esta é, mais que qualquer outra, um espinho na garganta, especialmente na garganta dos americanos, cuja maior sina é a grandiosidade, e mais ainda na dos Oficiais americanos cujo credo profissional é melhor expressado em duas palavras: "Posso fazer". No entanto, existem muitas coisas que as Forças Armadas, por mais poderosas que sejam, não podem fazer. O Marechal de Campo Montgomery uma vez disse que "o primeiro princípio de guerra é não tentar caminhar até Moscou". Napoleão e Hitler tentaram e não conseguiram. Eles calcularam mal o terreno, a meteorologia e a vontade do povo russo. Portanto, o primeiro requisito para responder esta questão é o cálculo cuidadoso dos nossos próprios recursos, incluindo os de nossos aliados, e dos de nossos inimigos e seus aliados. A acuracidade nestes assuntos é difícil

de se obter e as chances de errar são grandes. A senha é, portanto, simples prudência.

Mas mesmo além da necessidade de cálculos prudentes, os sábios estrategistas reconhecerão que existem limites para o que simples forças militares podem executar. O objetivo da guerra, disse Clausewitz, é “impor nossa vontade sobre o inimigo” e a força física é o meio para isto. Mas isto não quer dizer que a vontade do inimigo em resistir será inversamente proporcional à quantidade de força física aplicada. Entre as duas grandes guerras, alguns defensores do poder aéreo estratégico estavam convencidos de que o bombardeamento maciço das cidades inimigas coagiria pelo terror a população-alvo a assumir uma rápida rendição. Os acontecimentos provaram ser esta teoria errada. O ataque sobre Londres não persuadiu Churchill a capitular, nem o bombardeamento maciço de Berlim induziu os alemães a se renderem.

No Vietnã, nossa esmagadora superioridade aérea produziu resultados ainda mais desapontadores. Por volta de 1971, mais de seis milhões de toneladas de bombas e outros artefatos tinham sido lançados do ar sobre a Indochina e, a despeito disso, os norte-vietnamitas e os vietcongs mantinham-se na luta. Esta foi, realmente, uma dispendiosa lição nos limites do poder militar.

A questão número quatro é simples: “Quais são as alternativas?” Quais são as alternativas para a guerra? Quais são as campanhas estratégicas alternativas, especialmente se aquela que nós escolhermos, como preferida, falhar? Como se deve terminar a guerra, favoravelmente, se as chances de vitória tornaram-se excessivamente pequenas?

Dos quatro elementos que compõem a atmosfera da guerra, de acordo com Clausewitz, dois são “incerteza” e “chance”. Conseqüentemente, incerteza e chance são inimigos naturais no “processo de planejamento militar”, Plano de Operações, estudo de Estado-Maior, cenários de jogos de guerra. Todos sofrem da mesma fraqueza inerente, isto é, todos eles são conjecturais. Eles devem supor uma seqüência exata de futuros eventos que poderão nunca acontecer. Não obstante, dessas frágeis suposições, são extraídos planos preciosos, estipulando em detalhes a locação, o movimento e as linhas de ação para uma vasta quantidade de homens, navios, aviões, tanques, armas e suprimentos. O que acontece se os eventos se desenrolam de modo diferente do esperado? Os sábios estrategistas terão, é claro, preparado planos alternativos. Mas mesmo estes podem não ser adequados ao caso. Aqui, como Clausewitz diz, é onde o gênio mili-

tar pode entrar em ação. O verdadeiro estrategista superior será, acima de tudo, flexível, se adaptará rapidamente às novas circunstâncias e tornará a desventura, sua própria vantagem.

Dois exemplos históricos ilustram a questão: um mau e outro bom.

Em 1.º de agosto de 1914, o grande Exército alemão começou sua mobilização contra a França e contra a Rússia, de acordo com um detalhado plano logístico que tinha sido há muito tempo organizado, antecipando-se às contingências. Naquela tarde chegou um telegrama a Berlim, sugerindo que, se a Alemanha mobilizasse seu contingente apenas na frente do Leste e cancelasse seu envolvimento contra a França, a Inglaterra permaneceria neutra. O Kaiser estava intrigado com a possibilidade de lutar nas duas frentes. Ele convocou a presença de seu Chefe de Estado-Maior, Helmuth Von Moltke, sobrinho do último Grande General Moltke, colega e rival de Bismarck. O Kaiser queria que o esforço de mobilização total fosse, naquele momento, mudado para a frente oriental, com urgência Moltke simplesmente respondeu: “Majestade, isto não pode ser feito”. Recuar o desdobramento de um milhão de homens e movimentá-los do Oeste para o Leste estava além da imaginação daquele capaz, mas muito rígido general prussiano. “Seu Tio, disse o Kaiser secamente, teria me dado uma resposta diferente”. E assim funcionou a máquina. Ao final, o Império Germânico foi destruído e o Kaiser perdeu seu trono.

Não obstante, o pensamento militar não tem sido tão inflexível. Um caso a ser assinalado é a não-invasão do Yap na 2ª Grande Guerra. Na conferência de Quebec, de setembro de 1944, os Chefes do Estado-Maior Combinado ordenaram ao General Mac Arthur que tomasse Morotai naquele mês, a Nimitz que tomasse Peleliu e, um mês depois, a ilha de Yap nas Carolinas. Ambos deviam convergir sobre Leyte, nas Filipinas, em dezembro. Como conseqüência, na frota do Pacífico, foram traçados detalhados planos, e, em setembro, uma Força-Tarefa procedente de Pearl Harbor reuniu-se, partindo para Yap. No momento em que os navios chegaram às Ilhas do Almirantado — um dos estágios, — o plano tinha sido modificado. A invasão de Yap deveria ser abandonada e a Força-Tarefa invadiria Leyte em outubro, dois meses antes do programado. Assim, novos planos logísticos foram iniciados, novas cartas foram emitidas, ordens de operações foram revisadas e Mac Arthur foi mandado de volta às Filipinas. Meu próprio navio foi um dos envolvidos naquela operação. Mesmo sendo jovem, eu

estava atônito, na época, pela velocidade e eficiência dessa maciça movimentação de equipamentos. Eu ainda estou. Esse foi um modelo de flexibilidade militar.

Deixem-nos voltar agora para outro aspecto de estratégia militar freqüentemente menosprezada pelos planejadores do Pentágono e, também, pelos estrategistas de gabinetes. Minha quinta questão é: "Até onde é forte a opinião da sociedade?". A opinião pública apóia a guerra e a estratégia militar empregada para lutá-la? Quais são as atitudes das elites influentes, tanto de dentro quanto de fora do governo instalado? A quanta pressão pode resistir a sociedade civil sob sacrifícios que o estado de guerra requer? A guerra é aceitável sob o aspecto moral? Ela pode ser explicada como sendo uma "guerra justa"?

Hoje em dia este aspecto é tão óbvio que quase não necessita elaboração. Nenhum de nós que viveu na época da guerra do Vietnã esquecerá o impacto da opinião pública sobre a estratégia militar. A revolta de estudantes, a defecção dos intelectuais, os assaltos aos estabelecimentos militares — todos são recentes recordações para serem postos à parte facilmente. Se a guerra do Vietnã ensinou-nos alguma coisa, é que, nos Estados Unidos pelo menos, nenhum governo pode sustentar uma guerra prolongada com sucesso, sem um forte apoio interno. Ditaduras podem ser capazes de se saírem bem, mas não democracias.

Todavia, antes de deixarmos a guerra do Vietnã, deixem-me fazer mais um ressalva a respeito. Pode ser que tenhamos aprendido suas lições excessivamente bem. Vietnã nunca acontecerá novamente, exatamente como aconteceu uma vez. E se esta Nação deve responder a todas as futuras crises internacionais com o simples slogan "Vietnã jamais", estaremos então em sérias dificuldades.

Isto me traz de volta minha observação inicial de que simples analogias históricas são, portanto, muito perigosas. Isto também me traz a sexta e última questão para os estrategistas, que nada mais é do que um alerta de Mahan, já observado. "A estratégia de hoje menospreza aspectos diferentes e exagera pontos semelhantes entre o passado e o presente?". Os sucessos e as falhas do passado exercem uma neurótica fixação que cega os estrategistas e os impedem de ver as novas circunstâncias que exigem novas e diferentes respostas?

Oficiais-Generais estão, constantemente, sendo acusados de lutar a última guerra ou de se preparar para lutar a guerra já terminada. E, algumas vezes, as acusações são justificadas. Deixem-nos observar breve-

mente o Exército francês de 1914-1915. Cegos pelo brilhantismo em face do rápido sucesso que tinha estado presente nas operações germânicas na guerra franco-prussiana, e relembrando as esplêndidas vitórias das colunas de infantaria de Napoleão, o Estado-Maior Geral Francês tinha se apaixonado pelo "princípio da ofensiva". Confiando exageradamente nesses dois modelos históricos, os franceses desenvolveram uma teoria de combate que igualava a vontade de vencer à vitória. Sua simples fórmula para o sucesso militar era "Atacar, atacar, atacar!" O que esta fórmula desprezou foi, é claro, a metralhadora. Milhares e milhares de soldados franceses vieram a morrer nos primeiros dois anos da guerra por causa desta omissão. A metralhadora, acrescida dos melhoramentos na arte do entrancheiramento desconhecida de Napoleão ou mesmo pelas tropas prussianas de 1870, tinha aumentado grandemente a vantagem da defesa tática sobre a ofensiva. Lá pelo fim da guerra, os franceses tinham aprendido aquela lição. Mas, talvez, a tenham aprendido em demasia. Subestimando o grande e novo poder ofensivo dos tanques e aviões, eles devotaram exagerados recursos à linha Maginot e confiaram tanto na estratégia defensiva, que terminaram sendo derrotados em 1940. A História não se repetiu.

Com esta infeliz observação, cheguei ao fim desta conferência. Todavia, deixem-me assegurar que não sou um pessimista. Não acredito que na guerra e na diplomacia, na estratégia e na política, o homem será para sempre condenado a repetir os erros do passado ou supervalorizá-los. A maioria deles, que eu relembrei aqui, tem sido, nas suas raízes, falhas da imaginação, falhas de inteligência. O problema estratégico é essencialmente um problema intelectual. E antes que ele possa ser conduzido, deve ser definido. E para definir o problema, devemos começar levantando as questões: Qual é o objetivo? Quais são os meios de atingi-lo? Eles estão disponíveis? Quais são os custos? E os benefícios? Quais são os perigos? Quais são as limitações? Como o público reagirá? As ações propostas moralmente são justificáveis? Quais as lições da experiência? Quais são as diferenças entre o passado e o presente?

E um alerta final para aqueles que se encontram no limiar de suas carreiras como planejadores militares. Após todos os seus planos terem sido aperfeiçoados, todas as avenidas exploradas, todas as contingências pensadas, então faça a você mesmo uma pergunta final: "O que eu desprezei?" Diga, então, suas preces e vá dormir, com o conhecimento de que o amanhã ainda trará suas desagradáveis surpresas.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Esta seção destina-se à divulgação de livros, de preferência sobre assuntos militares, na forma de uma síntese onde é dada uma visão geral do conteúdo da obra e, no final, o autor da resenha emite sua opinião sobre a matéria exposta, fundamentando sua aprovação ou discordância com a tese do livro.

Com isto pretende-se estimular a leitura e a análise dos compêndios clássicos ou contemporâneos, fomentar a pesquisa e o debate em torno dos ensinamentos da História, conhecer o pensamento de consagrados chefes militares ou teóricos da guerra e finalmente, procurar entender o fenômeno bélico correlacionando-o com a geopolítica, a estratégia, a tática, a logística e outras ciências que integram o vasto mundo da arte militar.

Para ordenar o trabalho e facilitar a sua apresentação, é adotada a forma abaixo:

I - Referências

1 - Título

Aqui é feita a apresentação da obra, isto é, uma descrição da sua ficha catalográfica e algo mais julgado importante.

2 - Autor

Aqui é fornecida a biografia do autor, de forma bem sintética e com ênfase nos atributos

que mais o relacionem com o tema apresentado.

3 - Tese

De forma abreviada é formulada a tese do autor ou, se esta não for claramente definida, é dada a razão de ser do livro, seus objetivos e/ou propósito final.

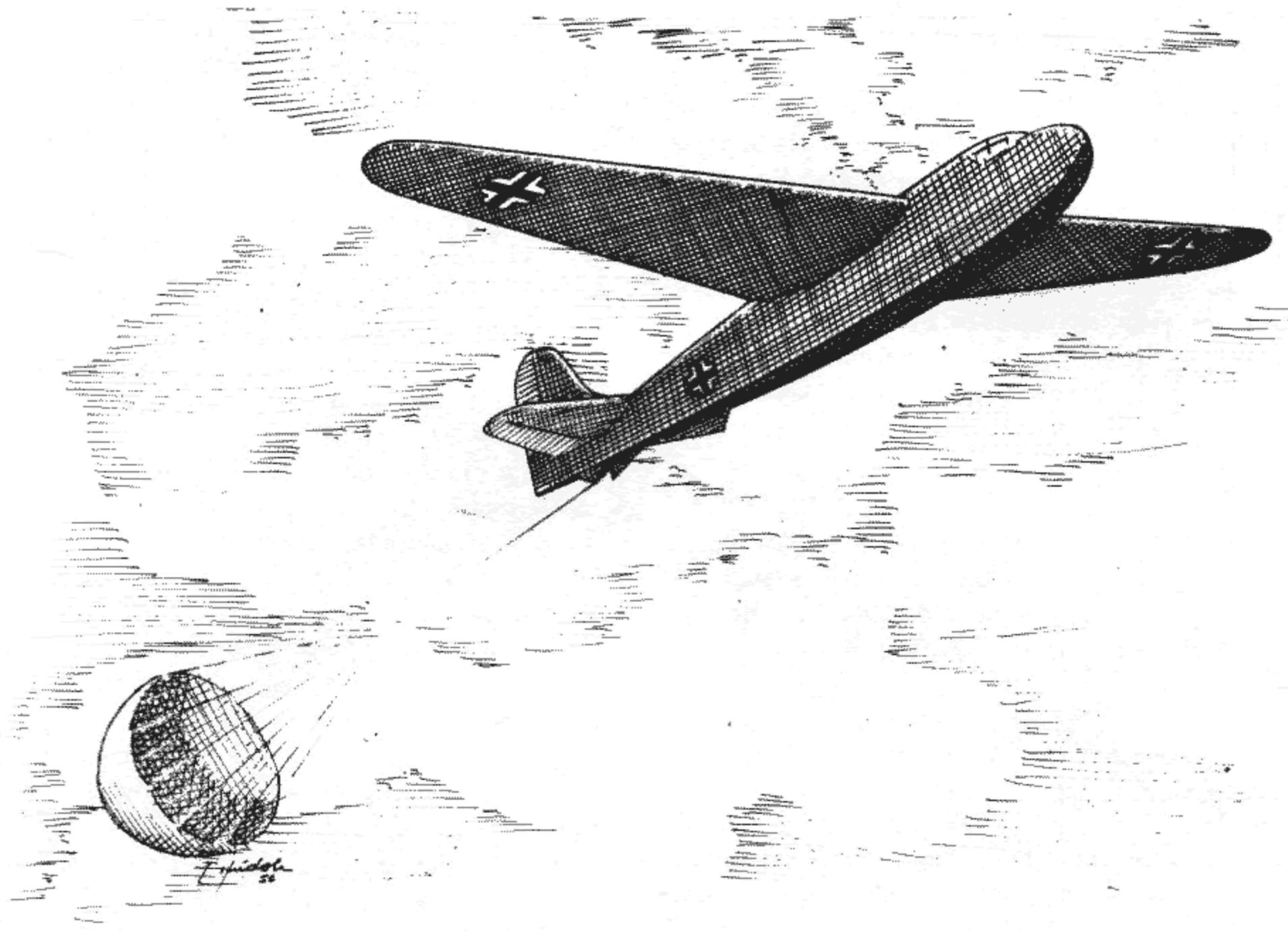
II - Conteúdo

Sob este item, é feita a explanação geral do livro, pormenorizando os tópicos principais de cada capítulo, de maneira a dar uma idéia do conjunto através de suas partes, destacando ainda, se e quando for o caso, algum conceito que assim mereça ser tratado para a boa compreensão da resenha.

III - Avaliação

Como fecho da resenha é emitida a opinião quanto ao livro analisado, reforçando a aprovação da tese e a maneira como foi ela apresentada e sustentada ou, ao contrário, fundamentando a discordância no todo ou em parte, conforme venha ela a ocorrer. Na argumentação, é válido recorrer a outras análises e opiniões porventura já existentes, sem, contudo, esposar ou refutar aquelas posições não lhes dando o devido respaldo lógico adquirido pela sua própria percepção das intenções do autor.

Finalmente, a recomendação ou contra-indicação do livro como peça de estudo é feita numa gradação conforme o valor a ele atribuído e, se necessário, acompanhada das ressalvas pertinentes.



AUDACIOSAS AÇÕES DE OTTO SKORZENY O CAPITÃO QUE RESGATOU MUSSOLINI

Cel Av RENATO PAIVA LAMOUNIER

I – Referências

1 – Título

Sob o título acima esta obra autobiográfica foi editada no Brasil em 1976 pela Biblioteca do Exército Editora, em primorosa tradução do então Maj Inf QEMA PEDRO SCHIRMER. São 628 páginas distribuídas em dois volumes, cujo título original, *LEBE GEFÄHRLICH*, veio a lume em Madri, Espanha.

2 – Autor

O Coronel Otto Skorzeny nasceu em Viena, Áustria, em 12 de julho de 1908 e faleceu em Madri, Espanha, a 5 de julho de 1975, para onde emigrara a 27 de julho de 1948 depois de sua absolvição por um tribunal dos Aliados e após três anos internado nos campos de concentração de Dachau, Neustadt an der Lahn, Nuremberg e Darmstadt.

Engenheiro de profissão, pertencia a ilustre família vienense, quando, aos 31 anos, tornou-se militar ao receber a ordem de incorporação como Aspirante-a-Oficial e, a 9 de maio de 1940, ingressou nas tropas SS, integrando o Batalhão Reserva do Leibstandarte SS Adolf Hitler e, mais especificamente, na sua segunda companhia chamada Mondschein-Kompanie, especializada em operações noturnas. Isto após ter sido recusado pela Luftwaffe (que era de sua predileção) por ter sido considerado muito velho para voar, apesar de possuir alguma experiência de vôo.

3 – Tese

Tendo cooperado, enquanto prisioneiro no pós-guerra, com a Divisão Histórica do Exército dos Estados Unidos da América, entendeu Skorzeny que as suas ricas e invulgares experiências deviam ser relatadas.

Sente-se, no transcorrer da obra, o desejo de registrar, para a posteridade, muitos fatos verdadeiramente espetaculares, vividos por um homem dotado de raras virtudes. Apesar de ser o autor a figura central do livro, como é óbvio numa autobiografia, não se auto-transforma no astro-rei jactante de suas peripécias. Skorzeny se coloca, em uma posição de elegante ética e, até mesmo, de modéstia.

II - Conteúdo

São 34 capítulos bem distribuídos na extensa autobiografia. Bem localizados no tempo e no espaço proporcionam um completo entendimento dos acontecimentos que levaram o mundo à 2.^a Grande Guerra. Descrevendo o palco centro-europeu em que se desenrolaram as cenas do período entre as duas Grandes Guerras, o autor expõe os fatores econômicos, políticos e sócio-culturais que eclodiram na maciça movimentação militar jamais registrada no mundo, até hoje.

Detalhar o conteúdo de cada um destes capítulos fugiria ao propósito desta resenha. Contudo, há que se destacar os capítulos X ao XIII pelo valor emprestado à célebre campanha da Rússia. Da mesma forma, é extremamente interessante o teor dos capítulos XV, XVI e XVII, onde é narrado o resgate de Mussolini de sua prisão no Gran Sasso, desde os primeiros planos e investigações até o seu final.

O capítulo XXIX é o começo do fim. Daí até o último capítulo são descritas as cenas ocorridas durante a queda do III Reich, os anos de reclusão

e os julgamentos. Cenas de grandeza moral, de coragem e de coerência “vis a vis” com cenas que eram o oposto, tanto do lado dos vencedores como do lado dos derrotados.

III - Avaliação

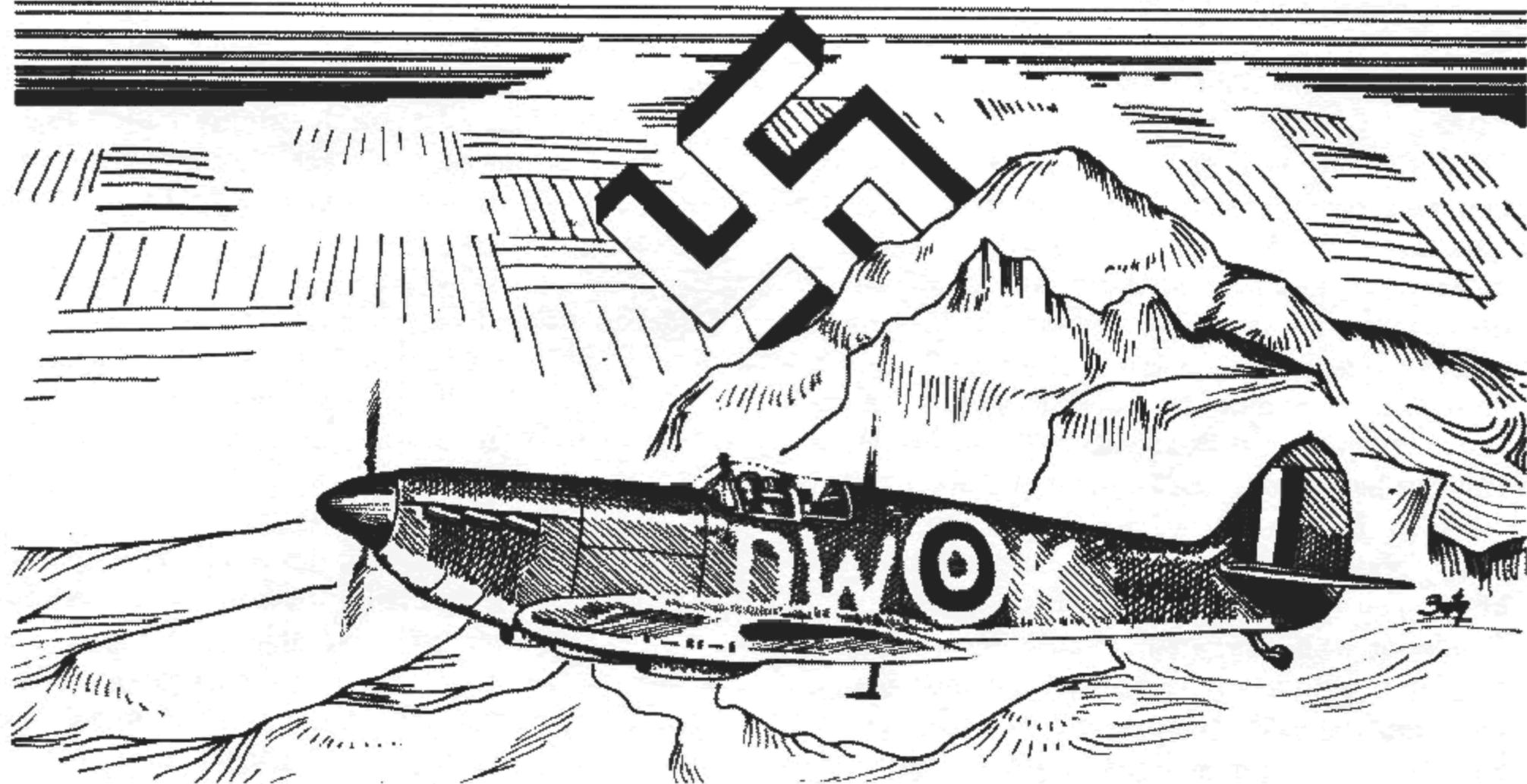
A recomendação desta obra para estudo nas Escolas Militares de todos os níveis seria apenas repetir o óbvio. Basta dizer que até mesmo Israel a adotou em uma tradução para o hebraico.

Dela podem ser extraídas lições de permanente utilidade para o militar profissional, pois estão baseadas não numa época apenas, não numa tecnologia ultrapassada, não numa doutrina circunstancial, baseiam-se nos perenes valores da nacionalidade amalgamados na vontade de um povo e nos fundamentos da instituição militar. Honra, Dever, Pátria, Disciplina, Hierarquia, Competência, Coragem, Audácia e Lealdade foram entendidos e praticados, segundo Otto Skorzeny, no seu mais pleno significado.

Para entender e aproveitar o valor desta obra há que, antes de mais nada, escoimar qualquer prevenção para com o “inimigo de ontem”. É importante exergar o outro lado e ver a História pela versão do perdedor, já que, tradicionalmente, estamos acostumados somente com a versão dos que ganharam a guerra.

Pessoalmente, entendo que o ponto capital a ser extraído desta preciosa fonte histórica é a figura do seu narrador. Menos pelo que representa como indivíduo ou como “herói” e mais pelo espírito que em si encarna. Este espírito é o do valor militar e do conjunto de virtudes existentes não em uma só pessoa, mas na família e na sociedade capazes de produzir um dos mais fantásticos guerreiros dos tempos contemporâneos. Guerreiro este que, até os 31 anos de idade, jamais frequentara um Quartel e suas lides e, ao envolver-se com a arte e técnicas militares, igualou-se ou até mesmo sobrepujou Oficiais de carreira. A mentalidade cultivada desde os bancos escolares fazia de Skorzeny, e de milhões de outros, verdadeiros soldados sem farda.

No vasto panorama da nacionalidade esta mentalidade — mais do que soldados, com ou sem farda — é capaz de produzir cidadãos na verdadeira acepção da palavra. E se é verdadeiro que uma Nação se constrói com três elementos fundamentais — Povo, Território e Governo — não é menos verdadeiro que o elemento pensante é gerado por três outras coisas essenciais: cérebros, cérebros e cérebros!



O OUTRO LADO DA COLINA

LIDDELL HART

1 - Referências

1 - Título

Esta obra de 391 páginas, dividida em três partes, é composta de 24 capítulos e uma conclusão, além de quatro esboços muito ilustrativos e, no final, um Quadro do Alto Comando Alemão onde aparecem os mais legendários Comandantes da Wehrmacht. Editado no Brasil pela Biblioteca do Exército, é o resultado de laboriosa tradução do Cel Art QEMA Luís Paulo Macedo Carvalho e do Cel Inf QEMA Haroldo Carvalho Neto. Assim, somente em 1980 é que vem ao domínio do público brasileiro, em português, o que surgira em Londres, sob o título original de *The Other Side Of The Hill*, em sucessivas edições - 1948, 1951, 1962, 1965 e 1970 - da CASSEL & CO.LTD.

2 - Autor

O capitão Sir Basil Henry Liddell Hart, estrategista e geopolítico de renome, revela-se

também paciente e perspicaz pesquisador quando, entrevistando prisioneiros de guerra, sobreviventes e Generais alemães, analisa o fruto de sua coleta sob a ótica de um correspondente militar que acompanhou de perto, e com particular interesse, a evolução dos acontecimentos na Europa, bem como as tendências da Alemanha no período entre as duas grandes guerras.

3 - Tese

É muito simples, clara e objetiva a "tese", ou melhor, o escopo do autor nesta obra, como se pode depreender da dedicatória que fez em seu livro: "A meu filho Adrian e a todos que colaboraram nesta tentativa de ser útil à História". Ou, ainda, no prefácio a esta edição (publicada em 1950 como um trabalho de revisão e ampliação à 1ª edição de 1948, que se baseara nos depoimentos tomados em 1945, apenas): "Contudo, mesmo em sua forma a mais enriquecida, este livro não é o resultado de uma tentativa de "escrever História". Ainda é muito cedo para se compilar uma História da Segunda Guerra Mundial - dever-se-ia esperar até que as provas se fizessem mais completas. O meu intuito nesta obra é reunir e apresentar ao público, sob forma inteligível, uma parte importante do material necessário para a História. Nada é mais significativo como preparação para se escre-

ver a história de uma grande guerra, do que coletar provas do lado oposto, pois apreciar uma contenda de um dos "lados da colina" induz a uma visão dos eventos não-somente incompleta, mas distorcida."

II - Conteúdo

O teor de toda a obra é como se fosse uma reportagem produzida de inúmeras e longas entrevistas, interrogatórios, investigações e análise de milhares de documentos. O estudo e o cotejamento destas fontes levaram ao que se poderia chamar de ascensão e queda dos Generais alemães. Enfoca de modo especial as atitudes e o papel dos antigos Generais, frutos do tradicional Estado-Maior Geral, e o comportamento bem diverso dos Generais mais jovens que ascenderam à custa do nazismo e que, segundo Liddel Hart, foram bons instrumentos manipulados e ludibriados por Hitler. Aqueles outros, da estirpe de Rundstedt = é que, mesmo vencidos, aprisionados, sob interrogatório e julgamentos, impunham-se pela sua honrabilidade, competência, finura e, até mesmo, senso de humor, merecendo, assim, o respeito e a admiração de seus captores = eram os que ousavam discordar do Führer e, com isto, caíam em desgraça. Isto para eles significava um risco pessoal não existente para os Generais Aliados caso protestassem (o que não fizeram) contra as muitas cenas de barbarismo, como os desumanos bombardeios aliados contra a população civil alemã.

É de destacar a soberba imparcialidade do historiador e pesquisador Liddel Hart o qual, como inglês, viu sua Pátria sofrer os ataques nazistas e, ainda assim, em quase todo o seu livro, é fiel à verdade, é justo nas suas avaliações, é pródigo no reconhecer e promulgar os valores dos alemães = até mesmo, de Adolf Hitler, é preciso nas suas condenações e, em suma, firme no seu propósito de contribuir com a História.

O livro principia por mostrar a deliberada intenção nazista (com Himmler arquitetando as tramas) de desmoralizar a "Velha Guarda" da Wehrmacht, representada pelos renomados Von Blomberg, Von Fritsch, Keitel, Beck, Brauchitsch e Halder. A este capítulo, o primeiro do livro, o autor chamou-o de "O clama suicida."

Lembra, ainda, no capítulo 2 que, assim como Alfred Von Schlieffen foi o General que mais influiu na 1.^a Grande Guerra (falecera um ano antes de sua eclosão e sete anos antes deixara o serviço ativo), o que maior influência exerceu sobre a 2.^a Grande

Guerra foi o General Hans Von Seeckt (morrera três anos antes de sua eclosão e há 10 anos encontrava-se na reserva).

Ele considera o que chamou de "Modelo Von Seeckt", de importância fundamental para se avaliar os Generais de Hitler na 2.^a Grande Guerra.

Para não nos alongarmos muito, fugindo, assim, à intenção da resenha, é conveniente chamar a atenção, finalmente, para os títulos de alguns outros capítulos, tais como:

- O Arquiteto da Primeira Vitória — Guderian (Cap. 5)
- Soldado no Sol — Rommel (Cap.6)
- Soldados na Sombra (Cap. 7)
(A derrocada de alguns Generais)
- A "Velha Guarda" — Rundstedt (Cap. 8)
- O Despontar dos Blindados (Cap.10)
- Como Hitler Derrotou a França e Salvou a Grã-Bretanha (Cap. 11)

Extremamente curiosa e importante a conclusão de Liddel Hart a este respeito, mais do que interessante é, mesmo, surpreendente.

= A "Ordem de Alto" Diante de Dunquerque (Cap. 12) A "explicação" do comentário anterior.

O capítulo 22 enfoca a controvertida "Conspiração contra Hitler".

III - Avaliação

Como nas grandes obras de arte, onde basta a chancela do consagrado artista para estabelecer o seu valor, também neste caso basta a reputação de Liddel Hart para que seja atribuída a este seu livro uma validade quase ilimitada para aqueles que desejarem estudar e entender os acontecimentos de tão conturbado período da História da humanidade. Ainda que assim não fosse, a leitura atenta e meticulosa desta fonte de conhecimento, e a reflexão sobre os fatos nela narrados com uma fidelidade e isenção admiráveis, levarão o estudioso de tão complexo tema à conclusão própria de que a oportunidade e a maneira tão bem exploradas por Sir B.H. Liddel Hart constituem uma fonte quase que inesgotável de pesquisa, onde o limite é a capacidade indutiva e dedutiva de cada um que, com seriedade e disposição, se dedique, por seu turno, a "escrever História".

COMO PERDER A LIDERANÇA (SEM QUE O LÍDER O PERCEBA)

Coronel Hubert Althofen

Segundo os conceitos modernos, o líder deve ser um homem treinado, estudioso, preparado para exercer suas funções. Mas, ele mesmo poderá pôr sua liderança a perder se não atentar para alguns princípios básicos, válidos ao longo da história. O comando estará sendo minado se o líder...

- Nas horas boas, ocupar a primeira fila para ser visto.
- Pensar que faz tudo. Visto isto, encampar os feitos dos seus capitães. Só usar a palavra "eu". Aos poucos, convencer-se de que, também, sabe tudo, e a tropa nada.
- Na hora de montar o plano, em cuja a execução aos outros vão morrer, não os ouvir.
- Quando na condução do combate, perder de vista os alvos principais, cuidando por igual dos bastiões e das ravinas. Esquecer ordens firmes e inventar inovações, sacrificando os homens sem pena, na luta inglória de dez frentes.
- Não aceitar críticas. Gritar. Punir em público, mas se desculpar na penumbra de sua tenda, como se honras rasgadas se remendassem, erro após erro. Jamais voltar atrás. Evitar o risco.
- Mandar e, em seguida, esquecer o que mandou.
- Lamentar-se por banalidades. Estar sempre irritado com a incapacidade dos subordinados e chefes. Viver apontando falhas.
- Não ceder para ninguém. Cioso de sua própria competência, tudo enfeixar em suas mãos, negando aos seus capitães o direito de criar, de se auto-convencer fazendo e de errar para aprender.
- Sobretudo, nunca largar a parada da vitória para consolar um soldado ferido.



COLABORADORES

Tenente-Brigadeiro-do-Ar PAULO ROBERTO COUTINHO CAMARINHA

Formado pela Escola de Aeronáutica em 1946. Foi Comandante Geral do Ar e atualmente é o Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

Tenente-Brigadeiro-do-Ar JOÃO SOARES NUNES

Formado pela Escola de Aeronáutica, da qual é Aspirante de 1947. Foi instrutor da ECEMAR e atualmente é o Diretor de Ensino da Aeronáutica.

Major-Brigadeiro-do-Ar RR LAURO NEY MENEZES

Formado pela Escola de Aeronáutica, da qual é Aspirante de 1947. Comandou a Academia da Força Aérea e atualmente é o Presidente da Telecomunicações Aeronáuticas S/A.

Coronel Aviador RENATO PAIVA LAMOUNIER

Formado pela Escola de Aeronáutica, da qual é Aspirante de 1961. Possui larga experiência na área de Ensino e está comandando o Centro de Instrução Especializada da Aeronáutica.

Coronel Aviador RR YALE RENAN ACCIOLY MARTINS DE FREITAS

Formado pela Escola de Aeronáutica – Campo dos Afonsos, da qual é Aspirante de 1954, atualmente é professor na ECEMAR.

Tenente-Coronel Aviador LUIZ FERNANDO BARBEDO

Formado pela Escola de Aeronáutica em 1963. Atualmente é Instrutor na ECEMAR.

Tenente-Coronel Aviador PAULO JORGE B. SARMENTO

Formado pela Academia da Força Aérea em 1966. Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Major Aviador APRÍGIO EDUARDO DE MOURA AZEVÉDO

Formado pela Academia da Força Aérea em 1973. Atualmente é Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

Capitão Aviador MARCIO BASTOS MOREIRA

Formado pela Academia da Força Aérea, da qual é Aspirante de 1976.

Capitão Aviador FRANKLIN NOGUEIRA HOYER

Formado pela Academia da Força Aérea em 1976. Atualmente serve no GEIV.

Professor LAURO SODRÉ NETO

Engenheiro e Diplomado pela Escola Superior de Guerra, da qual integrou o Corpo Docente. Atualmente é professor na ECEMAR.

Coronel HUBERT ALTHOFEN

Autor de "A Guerra dos Boers" - Biblioteca do Exército Alemão, 1932.